



Ministério da Saúde

hospital de
magalhaes lemos

EPE



RELATÓRIO E CONTAS 2012



Índice

1. Mensagem do Conselho de Administração (CA)	3
2. Apresentação do Hospital	5
2.1. Identificação e enquadramento histórico	5
2.2. Órgãos do Hospital, missão e valores	5
2.3. Área de influência e serviços oferecidos	6
2.4. Instalações e equipamentos	7
2.5. Recursos humanos	8
3. Objetivos e resultados obtidos	9
3.1. Objetivos vs resultados (resumo)	9
3.2. Projetos concretizados	10
3.3. Melhoria do controlo	11
3.4. Atividade assistencial	12
4. Gestão da qualidade	17
4.1. Sistema de gestão da qualidade (SGQ)	17
4.2. Gestão do risco	18
4.3. Auditorias	18
5. Recursos Humanos	19
5.1. Recursos Humanos	19
5.2. Formação contínua e formação qualificante	21
5.3. Higiene, segurança e saúde no trabalho	22
6. Análise económica e financeira	23
6.1. Desempenho económico-financeiro	23
6.2. Análise financeira e patrimonial	26
6.3. Demonstrações financeiras	27
6.4. ROC - Certificação Legal das Contas / Relatório e parecer do Fiscal Único	37
7. Anexos	
7.1. Governo da sociedade	
7.2. Princípios de bom governo	
7.3. Organograma do HML	
7.4. Orientações legais (resumo)	

1.

Mensagem do CA

O decurso do ano de 2012 confirmou as perspetivas menos otimistas que se desenhavam no seu início, quer no aumento da pressão assistencial, quer nos constrangimentos económico-sociais e financeiros decorrentes da situação conjuntural.

Do ponto de vista assistencial, aumentou o recurso aos serviços, em particular do internamento, quer de doentes da área assistencial, quer de outras áreas, sendo certo, porém, que a pressão sobre a demora média dos doentes agudos se ficou a dever particularmente às situações da nossa responsabilidade assistencial direta, que igualmente contribuiu para o aumento do número de doentes residentes ao longo do ano, apesar do aprofundamento das relações com os serviços de saúde mental dos Hospitais Gerais da nossa área assistencial mediata que apenas dispõem de respostas de ambulatório.

Também se manteve a tendência para o aumento das situações resultantes do envelhecimento demográfico e das patologias a ele associadas, acarretando a necessidade de uma maior capacidade de resposta específica dirigida às Pessoas de mais idade.

Esta realidade conduziu à necessidade de estabelecimento de um Protocolo com a Santa Casa da Misericórdia do Porto (SCMP), com vista à colocação no Hospital do Conde de Ferreira de alguns doentes com internamentos de longa duração e sem perspetivas de alta por razões de natureza social, dado continuar a não ter desenvolvimentos a implementação dos cuidados continuados de saúde mental.

Apesar disso, pudemos prosseguir com o processo de acreditação/certificação, entretanto confirmadas, traduzindo-se na manutenção de níveis de qualidade que não colocam em causa as boas práticas assistenciais em uso.

Também importa salientar que ao longo do ano de 2012 se mantiveram níveis de eficiência e de sustentabilidade económico-financeira muito próximos dos verificados no ano anterior.

Tudo isto foi possível graças aos níveis de aproveitamento dos recursos disponíveis e, em particular, do esforço e dedicação dos profissionais que servem este Hospital, aos quais nunca é demais manifestar o nosso agradecimento.

Foi, por isso, gratificante verificar que, ao completar 50 anos, o projeto inicial do Hospital se mantém imbuído do mesmo espírito de inovação permanente, procurando prestar um bom serviço aos doentes, dentro de um quadro de excelência clínica e de uso eficiente de recursos, que o CA deseja e tudo fará para que possa prosseguir em 2013.

O Conselho de Administração



2.

Apresentação do Hospital

2.1. Identificação e enquadramento histórico

O Hospital de Magalhães Lemos, EPE (HML), foi criado pelo Decreto-Lei nº 27/2009, de 27 de Janeiro, revestindo a natureza de Entidade Pública Empresarial (EPE) desde 1 de Fevereiro do mesmo ano.

É uma pessoa colectiva de direito público de natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, registada com o NIPC 502828790 e o CAE 933010 (Rev.3) e sede na Rua do Professor Álvaro Rodrigues, s/nº, no concelho e distrito do Porto. O capital estatutário é de 20.000.000,00€ a realizar por incorporação de reservas e resultados transitados do Hospital de Magalhães Lemos.

O HML é no âmbito da Região Norte o único hospital central especializado de psiquiatria da rede do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e desenvolve a sua actividade como hospital desde 1962. Sendo o hospital de referência nesta região em cuidados de psiquiatria e de saúde mental, é regido pela Lei nº 36/98, de 24 de Julho – Lei de Saúde Mental, e pelo Decreto-Lei nº 35/99, de 5 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei nº 304/2009, de 22 de Outubro e o disposto na Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2008, que aprova o Plano Nacional de Saúde Mental (PNSM) para o período de 2007 a 2016.

2.2. Órgãos do Hospital, missão e valores

São órgãos do Hospital de Magalhães Lemos, EPE:

- **O Conselho de Administração (CA)**

Nomeado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 38/2012, de 17 de setembro, e constituído por:

António Alfredo de Sá Leuschner Fernandes	Presidente do CA
José Alberto Oliveira Castro Peixoto	Vogal Executivo (VE)
Joaquim da Silva Ramos	VE, Diretor Clínico
João Ernesto Teles Pires	VE, Enfermeiro Diretor

- **O Fiscal Único (FU)**

Carlos António Rosa Lopes (ROC nº 645) da *Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados*, SROC nº 116, nomeado pelo Despacho SETF nº 1668/2012, de 16 de outubro.

- **O Conselho Consultivo (CC)**

Órgão de consulta a quem compete apreciar os planos de ação anual e plurianual, e emitir recomendações tendo em vista a melhoria do desempenho do hospital. Foram estabelecidos contactos no sentido da sua constituição.

- **O Auditor Interno (AI)**

António Augusto Peres da Cunha Barata, nomeado em reunião do CA nº 1/2011, de 14 de Janeiro.

O Hospital de Magalhães Lemos, EPE tem por **Missão** “a prestação de cuidados de saúde especializados de psiquiatria e de saúde mental à população adulta da respetiva área geodemográfica, assegurando em simultâneo o desenvolvimento profissional dos seus colaboradores, num quadro de eficiência e efetividade e de satisfação, bem como de projetos de investigação e de formação pré e pós graduada”.

No cumprimento da sua Missão, o HML assume os seguintes **Valores**:

- a) Saúde, bem-estar e qualidade de vida dos doentes;
- b) Código de ética e padrões de conduta;
- c) Qualidade, inovação e excelência de resultados;
- d) Humanismo e respeito mútuo;
- e) Responsabilidade, integridade e trabalho de equipa.

O Hospital de Magalhães Lemos, EPE, está estruturado organizacionalmente de acordo com o seu regulamento interno e organograma aprovados pelo CA (consultar o anexo 7.3).

2.3. Área de influência e serviços oferecidos

A área assistencial do Hospital de Magalhães Lemos, EPE, é a atribuída na Rede de Referência Hospitalar de Psiquiatria e Saúde Mental e no Plano de Reestruturação dos Serviços de Saúde Mental, em vigor.

O Hospital de Magalhães Lemos, EPE presta os seguintes serviços:

- Internamento (doentes agudos e residentes);
- Ambulatório:
 - Consulta externa especializada de psiquiatria;
 - Hospitalização parcial;
 - Reabilitação psicossocial;
 - Cuidados domiciliários.

A urgência psiquiátrica do distrito do Porto funciona no Centro Hospitalar (CH) S. João, EPE, contribuindo o pessoal médico do HML para a constituição das equipas de urgência.

Deste modo, os serviços prestados pelo Hospital de Magalhães Lemos, EPE, abrangem as populações dos seguintes concelhos, mediante a tipologia dos cuidados oferecidos:

Quadro 1 - área de influência primária do HML

	população	cuidados prestados
Porto ¹	138.446	internamento e ambulatório
Matosinhos	171.091	internamento e ambulatório
Póvoa de Varzim	61.276	internamento e ambulatório
Vila do Conde	76.143	internamento e ambulatório
Santo Tirso	69.630	internamento ²
Trofa	37.697	Internamento ²
V.N. Famalicão	129.947	internamento ²
Gondomar	162.264	internamento ³
Santa Maria da Feira	134.822	internamento ⁴
Arouca	21.375	Internamento ⁴
Oliveira de Azeméis	66.127	Internamento ⁴
São João da Madeira	20.835	internamento ⁴
Vale de Cambra	22.158	internamento ⁴
População total	1.111.811	

Fonte: INE – censos 2011

2.4. Instalações e equipamentos

O Hospital Magalhães Lemos, EPE, possui uma estrutura pavilionar e ocupa uma área de 102.779 m² junto da Estrada Interior da Circunvalação, Freguesia de Aldoar – Porto.

Com o decorrer de tempo, algumas das suas vertentes assistenciais, apesar de inseridas no mesmo espaço e ocupando instalações do hospital, foram autonomizadas ou inseridas noutras instituições.

O HML, no ano de 2012, dispunha de instalações externas nos seguintes locais:

Porto – Unidade de Vida Apoiada de Costa Cabral, com uma lotação de 14 camas. Iniciou a actividade em 2006. Em 2009 em anexo á residência entrou em funcionamento o fórum sócio-ocupacional, que dá apoio aos doentes da residência e outros do ambulatório.

Vila do Conde – Unidade de Vida Autónoma (inativa) e Fórum Sócio Ocupacional, que iniciou a sua actividade no início de 2007.

Vila do Conde/Póvoa de Varzim – cuidados ambulatoriais assegurados pela equipa do serviço Póvoa de Varzim/Vila do Conde, prestados em instalações cedidas pela Administração Regional de Saúde do Norte (ARSN), em anexo, junto ao antigo Centro de Saúde de Vila do Conde, onde são realizadas consultas e visitas de acompanhamento e monitorização de utentes.

Atualmente, existem dentro do recinto do HML instalações afectas às seguintes entidades externas e autónomas:

- SUCH (Lavandaria e Central Térmica);
- CH do Porto, EPE (Departamento de Psiquiatria da Infância e da Adolescência);
- Unidade Local de Saúde (ULS) de Matosinhos, EPE (Unidade de Cuidados Continuados);

¹ Exceto as freguesias de Bonfim, Campanhã e Paranhos.

² Ambulatório da responsabilidade do CH Medio Ave, EPE.

³ Ambulatório da responsabilidade do CH Porto, EPE.

⁴ Ambulatório da responsabilidade do CH Entre Douro e Vouga, EPE.

- Associação dos Familiares, Utentes e Amigos do Hospital de Magalhães Lemos (AFUA).

A lotação do internamento em 31/12/2012 totalizou 196 camas, conforme a seguinte distribuição:

Quadro 2 – lotação do HML	
	camas
Internamento de curta duração	10
Internamento de agudos	105
Internamento de longa duração	
Hospital	36
Unidade de Costa Cabral	15
Protocolo SCMP/CHCF	30
Lotação	196

Fonte: Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

O HML possui ainda espaços próprios dedicados à restauração, nomeadamente cozinha e refeitório; um auditório com capacidade para 198 pessoas.

Integrando o Serviço de Reabilitação Psicossocial, dispõe ainda de piscina, pavilhão gimnodesportivo, espaços dedicados aos *ateliers* de carpintaria, cerâmica, pintura, vidro, trabalhos manuais, reprografia e culinária.

2.5. Recursos humanos

Os recursos humanos (RH) do Hospital de Magalhães Lemos, EPE apresentavam a seguinte distribuição por grupos profissionais em 31/12/2012:

Quadro 3 – evolução dos RH no HML (2010-2012)

	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	Δ 2011/12	Δ% 2011/12
Assistente Operacional	142	129	122	-7	-5,4%
Assistente Técnico	45	39	40	1	2,6%
Outro Pessoal	1	1	0	-1	-100,0%
Pessoal de Enfermagem	135	129	128	-1	-0,8%
Pessoal de Informática	2	2	2	0	0,0%
Pessoal Dirigente	2	2	3	1	50,0%
Pessoal Dirigente superior	4	4	4	0	0,0%
Pessoal Médico ⁵	36	32	33	1	3,1%
Pessoal Médico em formação pré carreira	21	21	20	-1	-4,8%
Pessoal Técnico de Diagnóstico e Terapêutica	14	10	10	0	0,0%
Pessoal Técnico Superior	15	17	16	-1	-5,9%
Pessoal Técnico Superior de Saúde	16	15	14	-1	-6,7%
	433	401	392	-9	-2,24%
Contrato de prestação de serviços					
Assistente Técnico	1	1	1	0	0,0%
Pessoal Técnico Superior	5	4	4	0	0,0%
total de RH	439	406	397	-9	-2,22%

Fonte: Gestão de Recursos Humanos do HML

⁵ Especialidades: psiquiatria - 30; neurologia - 1; medicina interna - 1; patologia clínica - 1.

3.

Objetivos e resultados obtidos

3.1. Objetivos vs resultados (resumo)

O Hospital cumpriu genericamente os objetivos a que se tinha proposto no seu plano de atividades seja na produção, nos custos ou nos resultados. Os quadros seguintes resumem a evolução verificada: aumento da produção (+9,3%), redução de custos (-9,6%) e melhoria de resultados operacionais (+85%).

Quadro 4 - evolução da produção final 2011/12

<i>Atividade assistencial</i>	2012	2011	$\Delta\%2011/12$	CP 2012
Doentes saídos (agudos)	3.505	3.373	3,91%	3.086
Dias de internamento (residentes)	31.294	24.060	30,07%	26.493
Consulta externa (nº CE)	46.960	43.280	8,50%	43.330
Hospital de dia (nº sessões)	51.739	48.237	7,26%	43.000
Serviço domiciliário (nº visitas)	3.265	3.182	2,61%	3.150
Doentes equivalentes ajustados	8.150,84	7.458,72	9,28%	7.210,73

Fonte: Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

Quadro 5 - evolução do nº de pessoas 2010/12

<i>Grupos profissionais</i>	31-12-2010	31-12-2011	31-12-2012	$\Delta\% 2011/12$
Assistente Operacional	142	129	122	-5,43%
Assistente Técnico	45	39	40	2,56%
Pessoal de Enfermagem	135	129	128	-0,78%
Pessoal Médico	36	32	33	3,13%
Pessoal Médico em formação pré carreira	21	21	20	-4,76%
total geral	433	401	392	-2,24%

Fonte: Gestão de Recursos Humanos do HML

Quadro 6 - evolução de custos e resultados 2011/12

<i>Custos e resultados (euros)</i>	2012	2011	$\Delta\% 2011/12$	CP 2012
Total de custos	16.785.273,16	18.560.378,61	-9,56%	≤ -10%
Custos de pessoal	10.054.032,50	11.621.947,73	-13,49%	≤ -16,5%
Fornecimentos e serviços	5.050.216,15	4.779.140,83	5,67%	≤ 11,5%
Consumos	1.139.368,91	1.295.773,90	-12,07%	≤ 1%
Resultado do exercício	1.690.698,58	1.358.613,95	24,44%	≥ 1.989.461,54
Resultado operacional	1.695.327,47	916.040,62	85,07%	≥ 2.054.961,54

Fonte: Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

Assim, em 2012 verificou-se uma melhoria generalizada da eficiência face a 2011, traduzida globalmente na redução de 17,24% no custo médio unitário do doente equivalente ajustado e no aumento de 15,4% na produtividade média do HML.

O Hospital cumpriu o Contrato-Programa (CP) com a Administração Regional de Saúde do Norte e atingiu um Índice de Desempenho Global (IDG) de 88% face aos objectivos de qualidade e eficiência que nele tinham sido fixados, conforme quadro seguinte.

Quadro 7 – Contrato-Programa 2012: objetivos de qualidade e eficiência e Índice de Desempenho Global (IDG)

<i>Nº de objetivos</i>	<i>Fixados</i>	<i>IDG</i>
Desempenho assistencial	7	33,02/42,00
Desempenho económico-financeiro	5	16,38/18,00
Objetivos Regionais Norte	4	35,58/60,00
Índice de Desempenho Global		87,98/120,00

Fontes: Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML
Gestão de Doentes e Arquivo Clínico do HML
ARSNorte

Os objetivos e as metas contratualizados com a ARSN foram transpostos pelo Hospital para contratos internos com as unidades e serviços. Foi justamente o empenho e a colaboração dos responsáveis das unidades que permitiu o cumprimento dos contratos internos e, assim, a concretização do contrato externo.

3.2. Projetos concretizados

1. Re-acreditação e certificação do Hospital pelo *The Comparative Health Knowledge System* (CHKS).
2. Aprofundamento da reorganização dos serviços, iniciada em 2011: organização do internamento em serviços homogéneos de acordo com o tipo de cuidados, estruturados em dois serviços de agudos, um para doentes com patologia grave de evolução crónica, clinicamente instável, elevado grau de dependência e que exigem um tratamento predominantemente institucional, um de intervenção intensiva que se articula funcionalmente com a urgência metropolitana do Porto e um serviço dirigido a pessoas com mais de 65 anos, ou com patologia mental orgânica.
 - 2.1. Reorganização do serviço de psicogeriatrica: organização do internamento num só serviço com 20 camas a funcionar no edifício D3; consultas, hospital dia e restante ambulatório a funcionar no edifício D2.
3. Contratualização, através de protocolo visado pela tutela, com a SCMP CH do Conde Ferreira de 30 camas, para internamento de doentes de evolução prolongada.
4. Revisão do Regulamento Interno, a enviar á tutela para aprovação, com adequação do organograma para refletir as alterações operadas na orgânica do Hospital e alterações legislativas.

5. Definição de quatro linhas de orientação estratégica com base nas quais se elaborou um plano de atividades para o ano com os respetivos objetivos em quatro áreas (produção, eficiência, qualidade, satisfação de profissionais). Após aprovação do contrato externo procedeu-se à contratualização interna com os serviços, a qual foi objeto de acompanhamento e controlo periódico.
6. Continuação das alterações introduzidas ao sistema de informação, entre as quais destacamos: publicação e difusão atempada para a tutela e CA do RADEF⁶; produção sistemática de informação relativa aos contratos internos, com difusão por diretores de serviço e enfermeiros chefes dos resultados mensais face ao contratado (objetivos de atividade e de custo). Mantiveram-se e reforçaram-se as medidas para garantir a fiabilidade e a prestação atempada de informação⁷, por exemplo: melhoria da identificação dos doentes, em cada contato com o HML; codificação atempada e auditoria da codificação em GDH, com envolvimento dos médicos, diretores e responsáveis dos serviços; melhoria da organização da informação relativa a recursos humanos e a consumos de materiais.
7. Foi definido, aprovado e publicado um plano de redução de despesas, o qual foi concretizado nos aspetos essenciais.
8. No pessoal, verificou-se a redução do seu número, sem afetar a segurança e qualidade dos cuidados.
9. Atuação sistemática para obter benefícios na logística: maior recurso a compras centralizadas ou através de concursos; renegociação com os fornecedores de forma obter descontos de preços; revisão de protocolos com o SUCH e a AFUA no sentido de melhorar as contrapartidas e/ou ajustar o âmbito do serviço, quando conveniente.
10. Alterações diversas: continuou-se a subcontratação da maior parte das análises clínicas⁸, para obtenção de ganhos de eficiência e de tempo de resposta; deu-se continuidade aos três projetos inovadores de saúde mental (PISM) que tinham sido financiados pelo Alto Comissariado de Saúde (ACS); instalou-se um monta-camas no edifício C; readaptaram-se duas enfermarias do edifício C de forma a acolher doentes em picos de grande afluência e procedeu-se á mudança do arquivo clinico para o pavilhão da consulta externa.

3.3. Melhoria do controlo

1. Implementação de um plano de auditorias com resultados enumerados nos dois relatórios semestrais apresentados, da responsabilidade do auditor interno.
2. Deu-se continuidade à revisão e renegociação dos contratos e protocolos principais, nomeadamente:
 - a. Com o SUCH continuou-se o processo de renegociação do preço da roupa de doentes e fardamentos, bem como de contratos de manutenção;
 - b. Com a AFUA procedeu-se à extinção de alguns protocolos e à renegociação de outros;
 - c. Revisão do protocolo com o CH do Médio Ave, EPE.

⁶ Relatório Analítico do Desempenho Económico-financeiro.

⁷ Nomeadamente a destinada à tutela e da área económico-financeira.

⁸ A partir de maio de 2011 passaram a ser executadas no CH do Porto, EPE.

- d. Mantiveram-se os contratos efetuados em 2011, visando a redução de custos e a melhoria de serviços, como seja a contratação de transporte de doentes e de pessoal e a aquisição de medicamentos urgentes/fora de horário normal.
3. Mantiveram-se e/ou aprofundaram-se as medidas introduzidas em 2011 na organização, traduzidas na revisão de procedimentos, abrangendo a maioria dos serviços administrativos e de apoio e focando a segregação de funções, a redução de valores em fundo de maneio e o reforço do controlo de ativos.

3.4. Atividade assistencial

A análise da atividade assistencial tem em conta necessariamente os padrões de períodos anteriores, e reflete a missão e os valores do HML.

O Hospital tem vindo a adequar a estrutura dos seus serviços de modo a corresponder progressivamente às necessidades das populações, aplicando os princípios estabelecidos no PNSM 2007-2016 e na Lei de Saúde Mental, privilegiando a prestação de cuidados de ambulatório (consultas externas de psiquiatria geral e especializadas, hospitalização parcial, cuidados domiciliários, reabilitação psicossocial) e a reinserção comunitária dos utentes.

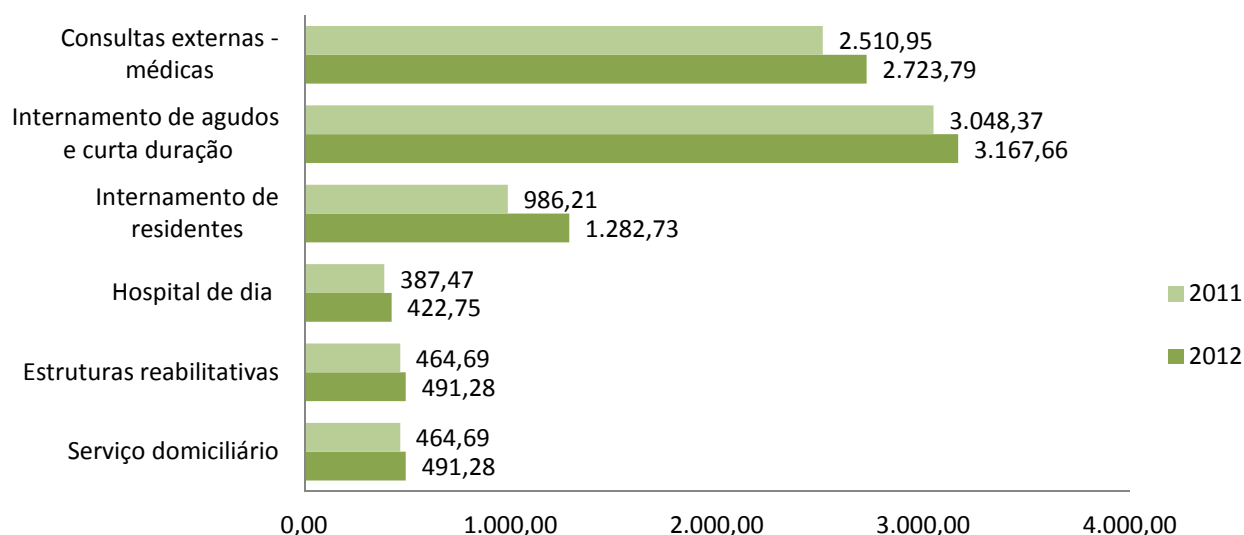
Assinala-se o aumento do número de consultas externas efetuadas, mais 5,3% primeiras e 8,8% subsequentes em relação a 2011.

São tópicos relevantes do desempenho do hospital:

- Desenvolvimento qualitativo da atividade do internamento, com aumento do número de doentes tratados;
- Aumento do nº de sessões de hospitalização parcial;
- Empenhamento na prestação de cuidados domiciliários no acompanhamento e monitorização de doentes psicóticos;
- Continuação da diferenciação da atividade dos serviços na sua globalidade e em particular a criação de condições para a reabilitação psicossocial;
- Colaboração estreita com a Urgência Metropolitana de Psiquiatria, a funcionar no CH S. João, EPE, dando corpo ao preceituado legal que refere o HML, como o único hospital central especializado de psiquiatria da rede do SNS da Região Norte;

Assinala-se ainda a continuação de um elevado nº de doentes de evolução prolongada internados, que reflete uma continuada pressão efetuada pelas famílias, fruto de uma deterioração social e uma falta de resposta para os “doentes mais velhos” e para os doentes portadores de anomalias psíquicas graves.

Gráfico 1 – evolução da produção assistencial 2011/12, medida em DEA⁹



Quadro 8 – evolução da produção total 2011/12

Produção total	2012	2011	Δ 2011/12	Δ% 2011/12
Consultas externas - médicas	46.960	43.280	3.680	8,50%
primeiras consultas	3.715	3.529	186	5,27%
consultas subsequentes	43.245	39.751	3.494	8,79%
% das 1 ^{as} consultas no total de consultas	7,91%	8,15%	-0,24%	-2,98%
Internamento				
Internamento de agudos e curta duração				
doentes saídos	3.505	3.373	132	3,91%
dias de internamento de saídos	40.588	39.103	1.485	3,80%
demora média	11,58	11,59	-0,01	-0,11%
lotação praticada	107	118	-11	-9,32%
Internamento de residentes				
doentes tratados	115	79	36	45,57%
dias de internamento no período	31.294	24.060	7.234	30,07%
lotação praticada	89	60	29	48,33%
Hospital de dia				
nº de sessões	23.930	21.933	1.997	9,11%
doentes tratados	1.057	826	231	27,97%
Estruturas reabilitativas				
nº de sessões	27.809	26.304	1.505	5,72%
doentes tratados	412	539	-127	-23,56%
Visitas domiciliárias				
nº de visitas	3.265	3.182	83	2,61%
Doentes equivalentes ajustados¹⁰	8.150,84	7.458,72	692,12	9,28%
Produtividade global dos RH¹¹	20,23	17,52	2,71	15,47%

Fonte: Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

⁹ Doentes equivalentes ajustados

¹⁰ DEA – produção assistencial ajustada pelos preços do CP2012, taxa de doentes equivalentes e índice de case-mix (ICM).

¹¹ Produtividade global dos RH = DEA / nº médio de efetivos.

Quadro 9 – evolução da produção total 2011/12 – consultas externas

Consultas externas	2012	2011	Δ 2011/12	Δ%2011/12
Psiquiatria				
primeiras	3.591	3.418	173	5,06%
HML	3.391	3.244	147	4,53%
Saúde Mental na Comunidade	200	174	26	14,94%
subsequentes	42.815	39.321	3.494	8,89%
HML	37.477	34.354	3.123	9,09%
Saúde Mental na Comunidade	5.338	4.967	371	7,47%
Medicina interna				
primeiras	8	14	-6	-42,86%
subsequentes	21	36	-15	-41,67%
Neurologia				
primeiras	116	97	19	19,59%
subsequentes	409	394	15	3,81%

Fonte: Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

Quadro 10 – evolução da produção total 2011/12 – internamento

Internamento	2012	2011	Δ 2010/11	Δ% 2010/11
Agudos e curta duração				
dias de internamento no período	42.878	40.540	2.338	5,77%
dias de internamento de saídos	40.588	39.103	1.485	3,80%
doentes saídos	3.505	3.373	132	3,91%
demora média (dias)	11,58	11,59	-0,01	-0,11%
doentes saídos por cama	32,76	28,58	4,17	14,60%
lotação praticada	107	118	-11	-9,32%
taxa média de ocupação	109,71%	94,06%	15,65 p.p.	16,64%
Residentes				
dias de internamento	26.349	19.203	7.146	37,21%
doentes saídos	27	19	8	42,11%
doentes tratados	100	66	34	51,52%
lotação praticada	75	54	21	38,89%
taxa média de ocupação	96,19%	97,36%	-1,17 p.p.	-1,21%
Estruturas residenciais				
dias de internamento	4.945	4.857	88	1,81%
doentes saídos	1	0	1	100,00%
doentes tratados	15	13	2	15,38%
lotação praticada	14	12	2	16,67%
taxa média de ocupação	96,70%	110,81%	-14,11 p.p.	-12,73%

Fonte: Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

Contrato-Programa 2012

Quadro 11 – evolução da produção SNS 2011/12 e grau de realização do Contrato-Programa 2012

Produção SNS	2012	2011	Δ 2011/12	Δ% 2011/12	CP 2012	% realização
1. Consultas externas - médicas	46.939	43.027	3.912	9,09%	43.330	108,33%
primeiras consultas	3.702	3.503	199	5,68%	3.830	96,66%
consultas subsequentes	43.237	39.524	3.713	9,39%	39.500	109,46%
2. Internamento						
doentes equivalentes	2.702,367	2.653,883	48	1,83%	2.685	100,65%
dias de internamento de doentes crónicos						
psiquiatria	26.349	19.203	7.146	37,21%	21.715	121,34%
reabilitação psicossocial	4.945	4.857	88	1,81%	4.778	103,50%
5. Sessões em hospital de dia						
psiquiatria	23.813	21.743	2.070	9,52%	21.000	113,40%
unidades sócio-ocupacionais	24.193	22.897	1.296	5,66%	22.000	109,97%
9. Serviços domiciliários						
visitas domiciliárias	3.265	3.168	97	3,06%	3.150	103,65%

Fonte: Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

Quadro 12 – evolução da produção SNS 2011/12 – GDH

GDH	2012	2011	Δ% 2011/12
doentes saídos	2.702	2.654	1,83%
doentes equivalentes	2.702,367	2.653,883	1,83%
índice de <i>case-mix</i>	1,0546	1,0479	0,65%

Fonte: Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

Quadro 13 – cumprimento dos objetivos qualidade e eficiência do CP 2012 – índice de desempenho global

Objetivos do desempenho assistencial	metas	2012	% cump	IDG
A.1 dias de internamento completo / sessões internamento parcial	≤ 1,5	1,43	104,61%	5,23
A.2 dias de internamento agudos / sessões hospital de dia	≤ 2	1,79	111,62%	5,58
A.3 dias de internamento agudos / dias internamento residentes e reabilitação psicossocial	≥ 1,6	1,37	85,64%	4,28
A.4 demora média (dias)	≤ 13,5	14,51	93,04%	4,65
A.5 % doentes saídos agudos com duração de internamento acima do limiar máximo	≤ 1,5	2,30	65,22%	3,26
A.6 % reinternamentos em 30 dias, com alta médica pertencentes à área assistencial direta do HML	≤ 6	6,80	88,24%	4,41
A.7 % consumo de embalagens de medicamentos genéricos prescritos em ambulatório, no total de embalagens de medicamentos	≥ 35	39,18	111,94%	5,60
				33,02

Fonte: Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML (A.1 a A.4); ARSNorte (A.5 a A.7)

Quadro 14 – cumprimento dos objetivos qualidade e eficiência do CP 2012 – índice de desempenho global

Objetivos regionais		metas	2012	% cump	IDG
D.1	% 1 ^{as} consultas no total de consultas médicas	≥ 8,5	7,91	93,07%	11,63
D.2	tempo máximo de espera para 1ª consulta (dias)	≤ 60	585,00	0,00%	0,00
D.3	% consultas realizadas e registadas no CTH relativamente ao total de 1 ^{as} consultas	≥ 25	32,70	130,80%	15,00
D.4	% utentes referenciados para consulta externa atendidos em tempo adequado	≥ 92,5	88,40	95,57%	11,95
					38,58

Fonte: Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML (D.1); Gestão de Doentes e Arquivo Clínico do HML (D.2 a D.4)

Os objectivos do desempenho assistencial e regionais fixados no Contrato-Programa de 2012 contribuíram com 71,59% para o IDG, prevendo-se a angariação de 429.644,86€ em incentivos institucionais daí resultantes.

4.

Gestão da qualidade

4.1. Sistema de gestão da qualidade (SGQ)

O Hospital de Magalhães Lemos, EPE, obteve a Reacreditação e a Certificação ISO 9001:2008 pelo *The Comparative Health Knowledge System, UK (CHKS)*, por deliberação do *Accreditation Awards Panel*, com validade pelo período de três anos a contar do mês de Julho de 2010, data de realização da auditoria global externa. A adesão ao processo de acreditação foi realizada no ano de 2005, ao abrigo do protocolo entre a referida entidade britânica e o Instituto da Qualidade em Saúde, serviço do Ministério da Saúde que, até à sua extinção pelo PRACE, foi responsável pela promoção e coordenação das políticas e projetos de gestão da qualidade das unidades de saúde do Serviço Nacional de Saúde.

A acreditação consiste no reconhecimento formal, por parte de uma entidade internacional prestigiada, externa e independente, das competências, capacidade e práticas desenvolvidas, pelo que a manutenção dos padrões de qualidade a todos os níveis da prestação dos cuidados tem constituído um grande desafio e responsabilidade que envolve todos os profissionais e constitui uma das principais prioridades estratégicas do hospital.

O hospital aderiu de igual modo, no ano de 2005, ao *International Quality Indicator Project (IQIP)*, projeto internacional também lançado pelo extinto Instituto da Qualidade em Saúde e coordenado pela Direção-Geral da Saúde (DGS) até Dezembro de 2009.

Este projeto assegura a participação do hospital num processo de avaliação e monitorização continuada da atividade clínica do hospital, permitindo *benchmarking* nacional e internacional de indicadores, bem como comparação retrospectiva da actividade do hospital.

Uma vez alcançada a acreditação, o hospital procedeu à reorganização das estruturas de gestão e apoio da qualidade no sentido de garantir a sua sustentabilidade, com eficiência e melhor adequação dos recursos afetos. Neste sentido, foi criado um Gabinete de Gestão da Qualidade, que depende diretamente do Conselho de Administração, ao qual compete a gestão integrada do sistema da qualidade e de acreditação e a coordenação global do processo de melhoria contínua.

No ano de 2012, o HML viu, na sequência de auditoria de monitorização (realizada pelo CHKS), convalidado o estatuto de instituição certificada (ISO 9001:2008).

De salientar, complementarmente, que o HML se candidatou, em fevereiro 2012, concorrendo com outros hospitais de múltiplos países, ao **CHKS Quality Improvement Award**, havendo sido distinguido pelo CHKS com a menção *Highly Commended 2012*.

A prossecução, continuada e sistemática, de programas de auditoria interna encontra-se adstrita à função Auditoria Interna, na sequência de despacho emitido pelo Conselho de Administração em 14 de Janeiro de 2011.

4.2. Gestão do risco

Uma das principais componentes do SGQ é constituída pela *gestão do risco*, que se encontra funcionalmente desdobrada na gestão do risco não clínico e na gestão do risco clínico.

Desde 2009, foi disponibilizado na *intranet* do HML um sistema informático de notificação de eventos adversos, denominado Sistema Informatizado de Gestão do Risco (SIGR), que se encontra inserido no ambiente de trabalho de cada utilizador. Este sistema permite a visualização e consulta *online* das notificações realizadas, a consulta por variáveis, a definição de ações corretivas ou preventivas e a elaboração de relatórios periódicos.

4.3. Auditorias

Outro elemento essencial à governação clínica e não clínica do HML é constituído pelo plano de auditorias que contempla áreas identificadas como relevantes para a melhoria do desempenho global do hospital e recorre a equipas multidisciplinares adequadas a temática em causa, no cumprimento das mais recentes recomendações e boas práticas. Em 2012, foram realizadas auditorias nas seguintes áreas:

Auditorias realizadas em 2012

Contexto contabilístico-financeiro

Protocolo HML/SUCH – auditoria de follow-up

Contexto informático

Dados mestre (aplicação RHV) – auditoria de follow-up

Sistema de informação do HML – auditoria de follow-up

Contexto operacional

Alimentação

Controlo da infeção

Direitos e deveres dos doentes

Eletroconvulsivoterapia (ECT)

Higiene e segurança

Internamentos inapropriados

Medidas de restrição/isolamento

Práticas de ressuscitação e anafilaxia

Registos de enfermagem

Resíduos hospitalares

Resultados terapêuticos esperados/alcançados

Satisfação e motivação dos funcionários

5.

Recursos humanos

5.1. Recursos humanos¹²

Verificou-se uma diminuição de efetivos relativamente a 2011, em grande parte devido ao número de aposentações notificadas ao HML ao longo do ano de 2012, bem como às situações de saída por cedência de interesse público, licenças sem vencimento e rescisões de contrato.

Quadro 15 – nº de colaboradores por grupo profissional, segundo o vínculo

31/12/2012	CFPTI	CFPTRC	CSLVCR	CITST	CITTRC	
Dirigente superior	3	-	1	-	-	4
Dirigente intermédio	2	-	-	-	1	3
Técnico superior	10	-	-	4	-	15
Assistente técnico	33	-	-	4	3	40
Assistente operacional						
Auxiliar de ação médica	57	-	-	8	18	83
Operário	6	-	-	-	-	6
Outro	33	-	-	-	-	33
Informático	1	-	-	1	-	2
Médico	32	21	-	-	-	53
Enfermeiro	91	-	-	18	20	128
Técnico superior de saúde	13	-	-	1	0	14
Téc. Diagnóstico e terapêutica	7	-		2	1	10
	288	21	1	38	43	391

Fonte: Gestão de Recursos Humanos do HML

Legenda: CTFPTI - Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado;

CTFPTRC - Contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo;

CSLVCR - Comissão de serviço no âmbito da Lei de Vínculo, Carreiras e Remunerações dos TFP;

CITST - Contrato individual de trabalho sem termo, Código do Trabalho;

CITTRC - Contrato individual de trabalho com termo resolutivo certo, Código Trabalho.

Quadro 16 – nº de prestadores de serviços

	2012
Tarefas	0
Avenças	5

Fonte: Gestão de Recursos Humanos do HML

¹² Quadros retirados do Balanço Social do HML - apresentam 1 técnico superior a menos por ter que ser contabilizado no seu lugar de origem.

As situações de prestação de serviços referem-se ao técnico oficial de contas e à actividade de coordenação técnica dos *ateliers* de reabilitação, nomeadamente monitores, a tempo parcial, de educação física, natação e informática.

Quadro 17 – nº de colaboradores por grupo profissional, segundo o escalão etário

	20 24	25 29	30 34	35 39	40 44	45 49	50 54	55 59	60 64	≥65	
31/12/2012											
Dirigente superior	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-	4
Dirigente intermédio	-	-	1	-	-	1	-	1	-	-	3
Técnico superior	-	1	-	4	3	3	1	2	1	-	15
Assistente técnico	-	1	6	5	2	7	10	5	4	-	40
Assistente operacional											
Auxiliar de ação médica	2	5	4	13	9	15	17	13	5	-	83
Operário	-	-	-	-	1	1	3	1	0	-	6
Outro	-	-		4	2	10	8	6	3	-	33
Informático	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	2
Médico	-	10	11	-	0	6	7	13	6	-	53
Enfermeiro	2	21	20	16	15	25	14	13	2	-	128
Técnico superior de saúde	-	-	1	-	3	6	-	3	1	-	14
Técnico diagnóstico e terapêutica	-	3	-	3	4	-	-	-	-	-	10
	4	41	44	46	39	74	62	57	24	0	391

Fonte: Gestão de Recursos Humanos do HML

Quadro 18 – nº de colaboradores por grupo profissional, segundo o género

	M	F	
31/12/2012			
Dirigente superior	4	0	4
Dirigente intermédio	2	1	3
Técnico superior	0	15	15
Assistente técnico	7	33	40
Assistente operacional			
Auxiliar de ação médica	16	67	83
Operário	5	1	6
Outro	7	26	33
Informático	2	-	2
Médico	22	31	53
Enfermeiro	36	92	128
Técnico superior de saúde	0	14	14
Técnico diagnóstico e terapêutica	1	9	10
	109	292	391

Fonte: Gestão de Recursos Humanos do HML

Quadro 19 – evolução do absentismo, por grupo profissional 2011/12

	faltas (dias)			absentismo %		
	2011	2012	Δ% 2011/12	2011	2012	Δ% 2011/12
Assistente Operacional	4.244	3.680	-13,28%	14,95%	13,71%	-8,31%
Assistente Técnico	1.420	1.021	-28,11%	16,55%	11,60%	-29,91%
Conselhos de Administração	0	0	-	0,00%	0,00%	-
Pessoal de Enfermagem	2.009	3.029	50,76%	7,08%	10,76%	51,94%
Pessoal de Informática	2	2	0,00%	0,45%	0,45%	0,00%
Pessoal Dirigente	16	34	112,50%	3,64%	5,15%	41,67%
Pessoal Docente	7	1	-85,71%	1,06%	0,11%	-89,29%
Pessoal em formação pré carreira	202	401	98,41%	4,37%	8,67%	98,41%
Pessoal Médico	411	303	-26,19%	5,84%	4,31%	-26,19%
Pessoal Técnico de Diagnóstico e Terapêutica	87	371	326,40%	3,95%	16,86%	326,40%
Pessoal Técnico Superior de Saúde	265	465	75,41%	8,03%	15,09%	87,94%
Técnico Superior	93	212	128,03%	3,02%	6,43%	112,83%
HML	8.756	9.519	8,71%	9,93%	11,07%	11,49%

Fonte: Gestão de Recursos Humanos do HML

5.2. Formação contínua e formação qualificante

A formação contínua tem sido entendida pelo CA do HML como um dos elementos base da governação institucional, clínica e não clínica. O plano de formação contínua foi definido em estreita ligação com os responsáveis dos serviços e o SGQ respondendo, aliás, às necessidades identificadas no âmbito do processo de acreditação e, mais especificamente, nas conclusões da atividade de gestão do risco, da análise dos incidentes e acidentes registados e das reclamações dos utentes.

Em simultâneo, a abertura do hospital a estagiários das mais diversas áreas constitui um motor de inovação e dinamismo que recebeu os melhores apoios internos e evidência de resultados.

Quadro 20 – plano de formação 2012

Designação da acção	formandos	horas
Curso de Formação para Assistentes Operacionais para exercício em Áreas Clínicas	5	175
Psicofarmacologia (anti -psicóticos, antidepressivos, estabilizadores do humor) ¹³	17	102
Risco Clínico / Não Clínico ¹⁴	32	192
Segurança dos Doentes 2 ¹⁴	184	368
Segurança na Instituição 2 ¹⁴	200	400
Suporte Básico de Vida 2 ¹⁴	164	328
Tratamento de Feridas - Soluções Hartmann	6	18
	608	1.583

Fonte: Centro de formação contínua do HML

Acresce a esta atividade o ensino pós-graduado na área da medicina, nomeadamente no quadro dos internatos médicos, sendo que durante o ano de 2012 o HML contou com 24 médicos internos da especialidade de psiquiatria e 30 de outras instituições.

¹³ Formação obrigatória para os profissionais que intervêm no circuito do fármaco.

¹⁴ Reciclagens/formações que fazem parte do plano de formações obrigatórias.

Quadro 21 – internato médico 2012

	internos
HML – psiquiatria	24
Outras instituições:	
psiquiatria	9
pedopsiquiatria	1
neurologia	5
medicina geral e familiar	15
	54

Fonte: Serviço de formação e investigação do HML

5.3. Higiene, segurança e saúde no trabalho

O HML dispõe de um serviço de higiene, segurança e saúde no trabalho, que em 2012 realizou um total de 196 exames distribuídos conforme quadro abaixo.

Quadro 22 – atividades de medicina no trabalho 2012

	número
Exames médicos efetuados:	
Exames de admissão	12
Exames periódicos	175
Exames ocasionais e complementares	9
	196
Visitas aos postos de trabalho	12

Fonte: Gabinete de risco do HML

Quadro 23 – ações de formação e sensibilização 2011

	número
Ações realizadas durante o ano	47
Trabalhadores abrangidos pelas ações realizadas	233

Fonte: Centro de formação contínua do HML

Os custos relacionados com a prevenção de acidentes e doenças profissionais ascenderam a 45.141,69€, repartidos pelas rubricas abaixo mencionadas.

Quadro 24 – Custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais 2012

	valor
Encargos de estrutura de medicina e segurança no trabalho	10.200,00
Equipamento de proteção	21.484,44
Formação em prevenção de riscos	2.642,72
Outros custos com a prevenção de acidentes e doenças profissionais	10.814,53
	45.141,69

Fonte: Serviço de Aprovisionamento do HML

6.

Análise económica e financeira¹⁵

6.1. Desempenho económico-financeiro

No exercício de 2012 o HML apresentou um resultado líquido de 1.690.698,58€.

Quadro 25 – evolução dos resultados 2010/12

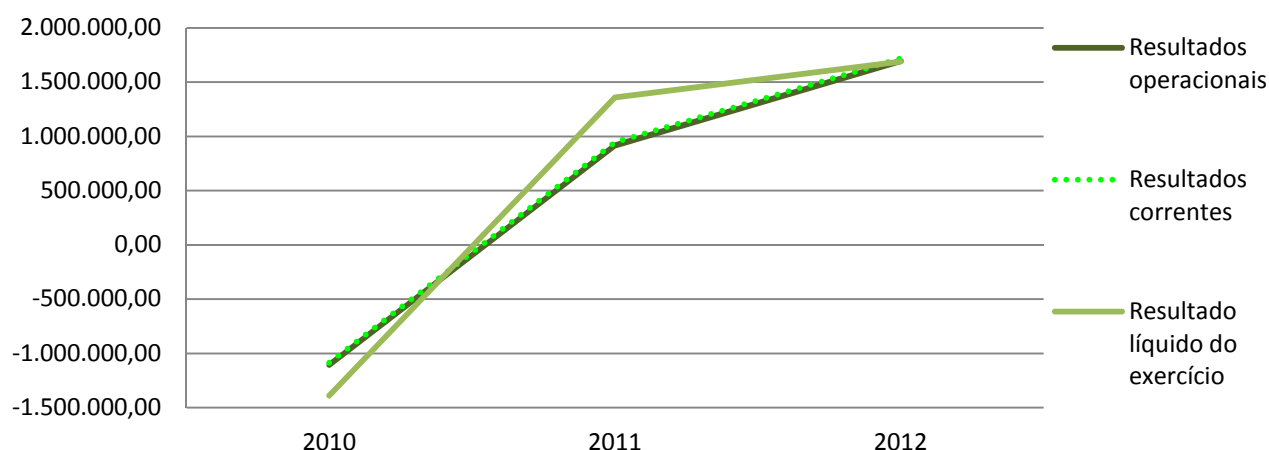
Resultados	2010	2011	2012	Δ% 2011/12	Δ% 2010/12
Resultados operacionais (RO)	-1.108.608,37	916.040,62	1.695.327,47	85,1%	252,9%
Resultados financeiros (RF)	21.807,76	29.026,67	22.237,39	-23,4%	2,0%
Resultados correntes (RC)	-1.086.800,61	945.067,29	1.717.564,86	81,7%	258,0%
Resultados antes de impostos (RAI)	-1.385.730,66	1.363.797,73	1.863.424,31	36,6%	234,5%
Resultado líquido do exercício (RLE)	-1.391.950,24	1.358.613,95	1.690.698,58	24,4%	221,5%
EBITDA	-607.288,07	1.434.473,10	2.077.860,65	44,9%	442,2%

Fonte: Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

Os resultados económico-financeiros mantiveram a tendência de subida verificada em 2011, embora menos acentuada, mesmo assim atingindo as metas fixadas pelo CA para 2012.

O RLE registou uma evolução positiva de 24% em 2012 face a 2011 e os RO melhoraram em 85%. O objetivo de exploração económica equilibrada foi amplamente cumprido com um EBITDA de 2.077.860,65€.

Gráfico 2 – evolução dos resultados 2010/12



Esta melhoria resulta da evolução das principais rubricas de proveitos e custos operacionais.

¹⁵ Todos os valores são expressos em Euros.

Quadro 26 – evolução dos proveitos 2011/12 e grau de realização do CP 2012

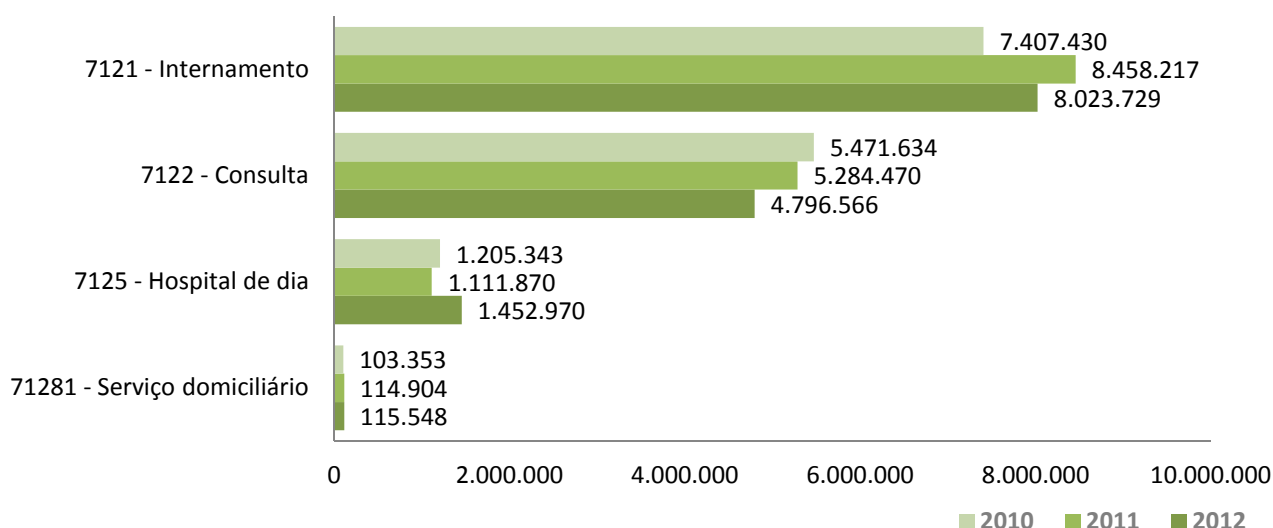
Proveitos	2012	2011	Δ% 2011/12	CP 2012	% realização CP 2012
71 - Vendas e prestações de serviços	17.757.605,71	18.513.776,32	-4,08%	18.121.767,82	97,99%
72 - Impostos	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
73 - Proveitos suplementares	2.600,00	30.602,99	-91,50%	0,00	-
74 - Transf ^{as} e subsídios correntes obtidos	86.052,63	127.112,41	-32,30%	115.790,99	74,32%
75 - Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
76 - Outros proveitos e ganhos operacionais	486.740,57	502.878,43	-3,21%	447.500,00	108,77%
Proveitos operacionais	18.332.998,91	19.174.370,15	-4,39%	18.685.058,82	98,12%
78 - Proveitos e ganhos financeiros	22.816,80	29.606,16	-22,93%	20.000,00	114,08%
79 - Proveitos e ganhos extraordinários	292.881,76	720.200,03	-59,33%	50.000,00	585,76%
Proveitos - total	18.648.697,47	19.924.176,34	-6,40%	18.755.058,82	99,43%

Fonte: Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

Os valores contabilizados em prestações de serviços correspondem na sua maioria a faturação de serviços prestados ao SNS até novembro, especializando-se a restante com base nos preços do CP 2012.

A receita média por doente tratado (proveitos totais/DEA) diminuiu 14,35% em 2012 face a 2011.

Gráfico 3 – evolução das prestações de serviços assistenciais 2010/12



Quadro 27 – evolução dos custos (2010-2011) e grau de realização do CP 2011

Custos	2012	2011	Δ% 2011/12	CP 2012	% realização CP 2012
61 - CMCMV	1.139.368,91	1.295.773,90	-12,07%	1.310.593,58	86,94%
62 - Fornecimentos e serviços externos	5.050.216,15	4.779.140,83	5,67%	5.329.189,68	94,77%
63 - Transferências correntes concedidas	0,00	0,00	0,00%	0,00	-
64 - Custos com pessoal	10.054.032,50	11.621.947,73	-13,49%	9.690.110,84	103,76%
65 - Outros custos e perdas operacionais	11.520,70	43.034,59	-73,23%	45.000,00	25,60%
66 - Amortizações do exercício	382.533,18	471.961,76	-18,95%	255.203,18	149,89%
67 - Provisões do exercício	0,00	46.470,72	-100,00%	0,00	-
Custos operacionais	16.637.671,44	18.258.329,53	-8,88%	16.630.097,28	100,05%
68 - Custos e perdas financeiras	579,41	579,49	-0,01%	500,00	115,88%
69 - Custos e perdas extraordinárias	147.022,31	301.469,59	-51,23%	135.000,00	108,91%
Custos - total	16.785.273,16	18.560.378,61	-9,56%	16.765.597,28	100,12%

Fonte: Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

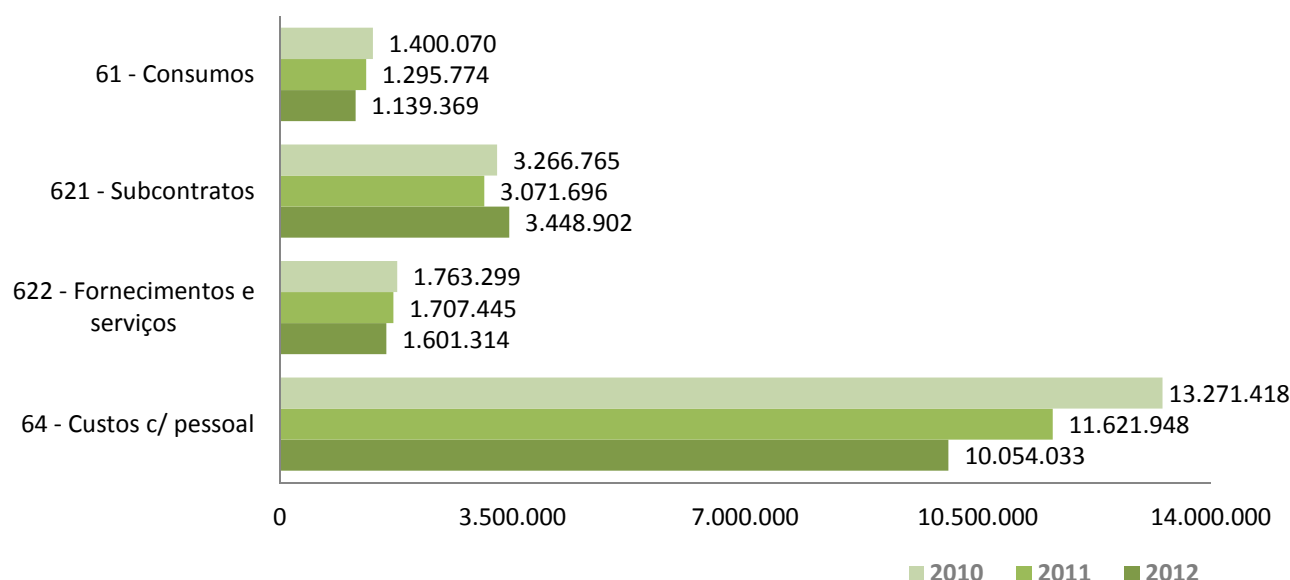
Face ao planeado no Contrato-Programa para 2012, o orçamento económico de custos foi executado com um grau de realização de 100%, não estando, no entanto, de acordo com o previsto.

O orçamento económico para 2012 foi elaborado em concordância com o artigo 21º da Lei nº 64-B/2011 – Orçamento do Estado (LOE) para 2012, de 30 de Dezembro, que suspendia o pagamento de subsídios de férias e de Natal ou equivalentes. Com o acórdão do Tribunal Constitucional, de 2013/04/05, sobre as medidas previstas nos artigos 28º e 29º da Lei nº 66-B/2012 – LOE 2013, de 31 de Dezembro, o HML teve que contabilizar a totalidade da especialização do subsídio de férias de 2012, e respetivos encargos sobre remunerações, com um impacto nas contas de cerca de 600.000,00€ não orçamentados.

Sem este custo não previsto, o orçamento seria cumprido dentro do estimado com um grau de realização de 96,5%, sendo de 97,5% nos custos com pessoal.

O custo unitário médio do doente tratado (custos totais/DEA) diminuiu, de 2011 para 2012, em 17,24%.

Gráfico 4 – evolução dos principais custos operacionais 2010/12



Quadro 28 – cumprimento dos objetivos qualidade e eficiência do CP 2012 – índice de desempenho global

Objetivos do desempenho económico-financeiro		metas	2012	% cump	IDG
B.1	% custos ajustados c/ pessoal nos proveitos operacionais	≤ 53	55,08	96,22%	2,89
B.2	% custos com horas extraordinárias, suplementos e fornecimentos de serviços externos III (selecionados), no total de custos c/ pessoal	≤ 9,3	6,40	145,30%	3,60
B.3	% proveitos operacionais extra contrato-programa, no total dos proveitos operacionais	≥ 3,2	3,97	123,96%	3,60
B.4	EBITDA	≥ 2.310.164,72	2.077.860,65	89,94%	2,70
B.5	acrécimo de dívida vencida	≤ 0	-479.292,28	47929228100%	3,60
					16,40

Fonte: Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

Os objectivos do desempenho económico-financeiro fixados no CP 2012 contribuíram com 16,38% para o IDG resultando na obtenção estimada de 98.326,25€ em incentivos institucionais.

As metas destes objetivos foram fixadas a partir do orçamento elaborado para 2012. Consequentemente, a performance dos indicadores para os quais os custos com pessoal contribuem para o cálculo vem piorada com a especialização do pagamento do subsídio de férias de 2012, nomeadamente B.1 e B.4 com um grau de realização inferior a 100%.

6.2. Análise financeira e patrimonial

No exercício de 2012, as principais rubricas do balanço do HML registaram os valores do quadro abaixo, apresentando uma situação líquida de 18.382.003,54€.

O valor da rubrica do balanço “**Património**” foi regularizado no 2º trimestre de 2009 de 19.657.224,85€ para os 20.000.000,00€ mencionados no nº 3 do artigo 3º do Decreto-Lei nº 27/2009, de 27 de Janeiro, a título de capital estatutário, lançando-se por contrapartida 342.775,15€ na conta 2661 – Outros Devedores e Credores - Subscritores de Capital – Estado, segundo orientação da Administração Central do Sistema de Saúde, IP (ACSS), mantendo-se inalterado até novas instruções.

Quadro 29 – evolução das rubricas do balanço 2010/12

Balanço	2010	2011	2012	Δ% 2011/12	Δ% 2010/12
Imobilizado líquido	17.618.344,56	17.382.284,19	17.246.234,96	-0,8%	-2,1%
Ativo circulante	5.234.539,19	5.047.920,63	19.438.226,39	74,03%	271,35%
Acréscimos e diferimentos	14.729.298,93	15.330.082,70	1.488.403,20	-929,97%	-89,89%
Ativo líquido	37.582.182,68	37.760.287,52	38.172.864,55	1,08%	1,57%
Fundos próprios	15.302.191,01	16.661.304,96	18.382.003,54	9,36%	20,13%
Dívidas a terceiros de curto prazo	19.505.610,92	19.062.856,79	17.155.289,45	-11,12%	-12,05%
Acréscimos e diferimentos	2.774.380,75	2.036.125,77	2.635.571,56	22,74%	-5,00%
Passivo	22.279.991,67	21.098.982,56	19.790.861,01	-6,61%	-11,17%
Fundos próprios e Passivo	37.582.182,68	37.760.287,52	38.172.864,55	1,08%	1,57%

Fonte: Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

Rácios/indicadores financeiros do HML

Todos os indicadores apresentados foram calculados diretamente a partir dos valores constantes no balanço e na demonstração de resultados, estando, desde logo, condicionados pelos 14.160.436,07€ inscritos na rubrica 2195 de adiantamentos de clientes – Instituições do Estado.

Deste montante, 13.725.225,76€ correspondem ao adiantamento do Contrato-Programa de 2012 e os restantes 435.210,31€ dizem respeito ao saldo ainda em aberto do CP 2010, a devolver à ACSS. Esta situação será regularizada assim que forem cobradas as faturas do CP 2012.

Quadro 30 – evolução dos rácios de liquidez 2010/12

	2010	2011	2012
<i>Cash-flow</i> do exercício	-890.629,94	1.877.046,43	2.073.231,76
Liquidez			
Geral	89,60%	96,58%	105,74%
Reduzida	88,48%	95,83%	104,71%
Imediata	13,09%	12,65%	16,68%

Fonte: Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

As disponibilidades imediatas do HML permitem cumprir com 16,7% das responsabilidades de curto prazo assumidas. Adicionando-lhe as dívidas de terceiros e as existências, as obrigações de curto prazo apresentam uma cobertura de 105,7%.

Quadro 31 – evolução dos rácios de solvabilidade 2010/12

	2010	2011	2012
Autonomia financeira	40,72%	44,12%	48,15%
Solvabilidade	68,68%	78,97%	92,88%
Endividamento	145,60%	126,63%	107,66%

Fonte: Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

No final de 2012, os capitais próprios do HML financiam 48% do ativo, mais cerca de 4% que em 2011, e cobrem 93% das responsabilidades do Hospital, face aos 79% de 2011. O passivo apresenta um valor superior em 7,7% ao dos fundos próprios.

Estes rácios apresentam valores que não reflectem a realidade da situação financeira e serão corrigidos quando o HML cobrar a faturação da prestação de serviços realizada em 2012 ao SNS.

Quadro 32 – evolução dos rácios de rendibilidade 2010/12

	2010	2011	2012
Líquida das vendas	-7,68%	7,34%	9,52%
Ativo	-2,95%	2,43%	4,44%
Capitais próprios	-9,10%	8,15%	9,20%

Fonte: Gestão Financeira, Estatística e Análise do HML

Os rácios de rendibilidade mantêm a tendência ascendente verificada em 2011, menos acentuada mas apresentando valores ainda mais positivos em virtude do resultado líquido do exercício positivo também ter aumentado em 2012.

6.3. Demonstrações financeiras

De seguida, apresentam-se as principais demonstrações financeiras, nomeadamente:

- Balanço – Ativo;
- Balanço – Capitais próprios e Passivo;
- Demonstração dos resultados por natureza;
- Demonstração dos fluxos de caixa;
- Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados.

Balanço – Ativo

			2012	2011
	Ativo bruto	Amortizações/ Provisões	Ativo líquido	Ativo líquido
Imobilizado:				
Imobilizações incorpóreas:				
431 Despesas de instalação	5.400,00	5.018,06	381,94	386,98
432 Despesas investigação e desenvolvimento				
441/6 Imobilizações em curso				
449 Adiantamento p/ conta imob. incorpóreas				
	5.400,00	5.018,06	381,94	386,98
Imobilizações Corpóreas:				
421 Terrenos e recursos naturais	8.240.100,00		8.240.100,00	8.240.100,00
422 Edifícios e outras construções	12.208.891,62	3.721.392,53	8.487.499,09	8.583.343,01
423 Equipamento básico	1.559.120,13	1.275.024,49	284.095,64	311.653,84
424 Equipamento de transporte	122.505,77	102.885,38	19.620,39	25.113,46
425 Ferramentas e utensílios	25.052,82	24.406,04	646,78	1.051,97
426 Equipamento administrativo e informático	1.942.638,49	1.771.920,91	170.717,58	166.259,32
427 Taras e vasilhame				
429 Outras imobilizações corpóreas	274.288,13	231.114,59	43.173,54	54.375,61
441/6 Imobilizações em curso				
448 Adiantamento p/ conta imobilizações corpóreas				
	24.372.596,96	7.126.743,94	17.245.853,02	17.381.897,21
Investimentos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
Circulante:				
Existências:				
36 Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	203.727,59	0,00	203.727,59	158.101,44
35 Produtos e trabalhos em curso				
32 Mercadorias				
37 Adiantamentos p/ conta de compras				
	203.727,59	0,00	203.727,59	158.101,44
Dívidas de terceiros - médio-longo prazo	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívidas de terceiros - curto prazo:				
211 Clientes, c/c	191.357,37		191.357,37	193.654,10
213 Utentes c/c				
215 Instituições do Estado	14.262.378,63		14.262.378,63	743.420,38
218 Clientes de cobrança duvidosa	77.873,98		32.864,06	32.864,06
229 Adiantamentos a fornecedores				
2619 Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24 Estado e Outros Entes Públicos				
262+266+267+268+221 Outros devedores	1.446.114,79		1.446.114,79	1.250.738,70
	15.977.724,77	45.009,92	15.932.714,85	2.220.677,24
Títulos negociáveis	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos bancários e caixa:				
12 Depósitos bancários	3.297.506,06		3.297.506,06	2.662.766,31
11 Caixa	4.277,89		4.277,89	6.375,64
	3.301.783,95		3.301.783,95	2.669.141,95
Acréscimos e diferimentos:				
271 Acréscimos de proveitos	1.486.732,34		1.486.732,34	15.328.681,81
272 Custos Diferidos	1.670,86		1.670,86	1.400,89
	1.488.403,20		1.488.403,20	15.330.082,70
Total de Amortizações		7.131.762,00		
Total de Provisões		45.009,92		
Total do Activo	45.349.636,47	7.176.771,92	38.172.864,55	37.760.287,52

Balanço – Fundos Próprios e Passivo**2012****2011****Fundos próprios:**

51 Património	20.000.000,00	20.000.000,00
---------------	---------------	---------------

Reservas:

571 Reservas legais

572 Reservas estatutárias

574 Reservas livres

575 Subsídios

576 Doações

59 Resultados transitados	-3.339.195,04	-4.697.808,99
---------------------------	---------------	---------------

	16.691.304,96	15.302.691,01
--	---------------	---------------

88 Resultado Líquido do Exercício	1.690.698,58	1.358.613,95
-----------------------------------	--------------	--------------

Total dos Fundos Próprios	18.382.003,54	16.661.304,96
----------------------------------	----------------------	----------------------

Passivo:**Provisões:**

291 Provisões para pensões

292 Provisões para impostos

293/8 Outras provisões

	0,00	0,00
--	------	------

Dívidas a terceiros - médio-longo prazo:	0,00	0,00
---	-------------	-------------

Dívidas a terceiros - curto prazo:

231+12 Dívidas a instituições de crédito

269 Adiantamentos p/ conta de vendas

221 Fornecedores c/c	146.785,49	87.923,76
----------------------	------------	-----------

228 Fornecedores – facturas recepcionadas para conferência	16.911,69	17.071,63
--	-----------	-----------

222 Fornecedores - títulos a pagar

2612 Fornecedores de imobilizado – títulos a pagar

252 Empresas do grupo

219 Adiantamentos de clientes	14.162.741,74	16.471.078,61
-------------------------------	---------------	---------------

239 Outros empréstimos obtidos

2611 Fornecedores de imobilizado c/c	29.677,64	69.438,78
--------------------------------------	-----------	-----------

24 Estado e Outros Entes Públicos	419.584,28	297.599,59
-----------------------------------	------------	------------

262+263+264+265+267+268+211 Outros credores	2.379.588,61	2.119.744,42
---	--------------	--------------

	17.155.289,45	19.062.856,79
--	---------------	---------------

Acréscimos e diferimentos:

273 Acréscimos de custos	1.389.037,73	777.285,22
--------------------------	--------------	------------

274 Proveitos diferidos	1.246.533,83	1.258.840,55
-------------------------	--------------	--------------

	2.635.571,56	2.036.125,77
--	--------------	--------------

Total do Passivo	19.790.861,01	21.098.982,56
-------------------------	----------------------	----------------------

Total dos Fundos Próprios e Passivo	38.172.864,55	37.760.287,52
--	----------------------	----------------------

Demonstração de resultados		2012		2011	
Custos e Perdas					
61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas				
612	Mercadorias				
616	Matérias de Consumo	1.139.368,91	1.139.368,91	1.295.773,90	1.295.773,90
62	Fornecimentos e serviços externos		5.050.216,15		4.779.140,83
Custos com o pessoal:					
641+ 642	Remunerações	8.341.402,98		8.805.180,95	
643 + 644	Pensões	125.651,54		1.206.661,10	
645 / 8	Outros	1.586.977,98	10.054.032,50	1.610.105,68	11.621.947,73
66	Amortizações e ajustamentos do exercício	382.533,18		471.961,76	
67	Provisões		382.533,18		518.432,48
63	Impostos				
65	Outros custos operacionais	11.520,70	11.520,70	43.034,59	43.034,59
(A)			16.637.671,44		18.258.329,53
68	Custos e perdas financeiras		579,41		579,49
(C)			16.638.250,85		18.258.909,02
69	Custos e perdas extraordinários		147.022,31		301.469,59
(E)			16.785.273,16		18.560.378,61
Imposto sobre o rendimento do exercício			172.725,73		5.183,78
(G)			16.957.998,89		18.565.562,39
88	Resultado Líquido do Exercício		1.690.698,58		1.358.613,95
			18.648.697,47		19.924.176,34
Proveitos e Ganhos					
71	Vendas e prestações de serviços				
711	Vendas				
712	Prestações de serviços	17.757.605,71	17.757.605,71	18.513.776,32	18.513.776,32
75	Trabalhos para própria empresa				
74	Transferências e subsídios correntes obtidos	86.052,63		127.112,41	
73 + 76 + 77	Outros proveitos operacionais	489.340,57	575.393,20	533.481,42	660.593,83
(B)			18.332.998,91		19.174.370,15
78	Proveitos e ganhos financeiros	22.816,80	22.816,80	29.606,16	29.606,16
(D)			18.355.815,71		19.203.976,31
79	Proveitos e ganhos extraordinários		292.881,76		720.200,03
(F)			18.648.697,47		19.924.176,34
Resultados Operacionais (B)-(A)			1.695.327,47		916.040,62
Resultados financeiros (D-B)-(C-A)			22.237,39		29.026,67
Resultados correntes (D)-(C)			1.717.564,86		945.067,29
Resultados antes de impostos (F)-(E)			1.863.424,31		1.363.797,73
Resultado Líquido do Exercício (F)-(G)			1.690.698,58		1.358.613,95

Demonstração dos fluxos de caixa - Método Directo**2012****Actividades Operacionais:**

Recebimentos de clientes	15.997.816,63	
Pagamentos a fornecedores	6.055.017,93	
Pagamentos ao pessoal	9.496.647,65	
Pagamento/recebimento de imposto s/rendimento	37.913,09	
Outros recebimentos/pagamentos da actividade operacional	275.431,58	
Recebimentos de rubricas extraordinárias	196.046,50	
Pagamentos de rubricas extraordinárias	20.835,08	
Fluxos das actividades operacionais [1]		858.880,96

Actividades de Investimento:

Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros		
Imobilizações corpóreas		
Imobilizações incorpóreas		
Subsídios de investimento		
Juros e proveitos similares	22.816,80	
Dividendos		22.816,80
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros		
Imobilizações corpóreas	278.476,35	
Imobilizações incorpóreas		278.476,35
Fluxos das actividades de investimento [2]		-255.659,55

Actividades de Financiamento:

Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos		
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		
Subsídios e doações		
Venda de quotas próprias		
Cobertura de prejuízos		30.000,00
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos		
Amortização de contratos de locação financeira		
Juros e custos similares	579,41	
Dividendos		
Reduções de capital e prestações suplementares		
Aquisição de quotas próprias		579,41
Fluxos das actividades de financiamento [3]		29.420,59

Variação de caixa e seus equivalentes [4] = [1]+[2]+[3] **632.642,00**

Efeito das diferenças de câmbio

Caixa e seus equivalentes no início do período	2.669.141,95
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3.301.783,95

Anexo à demonstração dos fluxos de caixa

Numerário	
Fundos próprios	0,00
Fundos dos doentes	4.277,89
	4.277,89
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	
Fundos próprios	1.656.982,11
Fundos dos doentes	1.640.523,95
	3.297.506,06
Equivalentes a caixa	
Caixa e seus equivalentes	
Outras disponibilidades (Outras aplicações de tesouraria)	
Disponibilidades constantes do balanço	3.301.783,95

Anexo às Demonstrações financeiras

1.0 Caracterização da entidade

O Hospital de Magalhães Lemos, EPE (HML) foi criado através do Decreto-Lei nº 27/2009, de 27 de janeiro, e reveste a forma de Entidade Pública Empresarial.

O HML tem por missão “a prestação de cuidados de saúde especializados de psiquiatria e de saúde mental à população adulta da respetiva área geodemográfica, assegurando em simultâneo o desenvolvimento profissional dos seus colaboradores, num quadro de eficiência e efetividade e de satisfação, bem como de projetos de investigação e de formação pré e pós graduada”.

O Hospital contribui com pessoal médico para a constituição das equipas de urgência de psiquiatria da área metropolitana do Porto que funcionam no Centro Hospitalar de S. João, EPE.

1.1 Identificação

HOSPITAL DE MAGALHÃES LEMOS, E.P.E.

Rua do Professor Álvaro Rodrigues

4149-003 Porto

NIPC 502 828 790

CAE 933010 (Rev.3)

1.2 Legislação

Decreto-Lei nº 27/2009, de 27 de janeiro.

Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de dezembro de 2005, nomeadamente capítulo II (regime jurídico), capítulo III (regime financeiro) e capítulo IV (regime de recursos humanos).

1.3 Estrutura organizacional

Organograma do Hospital de Magalhães Lemos, EPE - ver **Anexo 7.3**.

1.4 Descrição sumária das actividades

A oferta de cuidados especializados no âmbito da saúde mental reparte-se pelo internamento, consulta externa, hospital de dia, reabilitação psicossocial.

1.5 Recursos humanos

Conselho de Administração

Nome	Cargo	Despacho de nomeação
António Alfredo de Sá Leuschner Fernandes	Presidente do CA	RCM nº 38/2012, de 17 de setembro
José Alberto Oliveira Castro Peixoto	Vogal Executivo	RCM nº 38/2012, de 17 de setembro
Joaquim da Silva Ramos	VE, Diretor Clínico	RCM nº 38/2012, de 17 de setembro
João Ernesto Teles Pires	VE, Enfermeiro Diretor	RCM nº 38/2012, de 17 de setembro

1.6 Organização contabilística

O HML dispõe de Manual de Procedimentos Contabilísticos, elaborado no âmbito do processo de acreditação pelo CHKS.

Os registos contabilísticos são elaborados em suporte informático, através do recurso à aplicação SIDC - Sistema de Informações Descentralizado de Contabilidade, desenvolvida pela ACSS e mantida pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, EPE (SPMS), que tem por base o POCMS - Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde.

O arquivo contabilístico respeita os procedimentos constantes dos normativos legais em vigor.

Não existe descentralização contabilística.

2.0 Notas ao balanço e à demonstração dos resultados

2.1 As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida pelo Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde, e aquelas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Os montantes encontram-se expressos em Euro (€).

2.2 Critérios Valorimétricos

Imobilizações Corpóreas: Estão valorizadas ao custo de aquisição, líquido de amortizações efectuadas dentro dos limites das taxas legalmente.

Existências: As existências estão valorizadas ao custo de aquisição.

Especialização do Exercício: O HML regista os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual esses proveitos e custos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes proveitos e custos gerados são registados nas rubricas “Acréscimos e diferimentos”

Subsídios: Os subsídios atribuídos no âmbito de projetos de investimento, são registados, como proveitos diferidos, na rubrica de acréscimos e diferimentos, e reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

Quanto aos subsídios atribuídos relacionados com a atividade corrente, são registados diretamente em proveitos do exercício em subsídios à exploração.

Clientes de Cobrança Duvidosa: De acordo com o Princípio da Prudência e critério fiscal da mora, são criadas provisões.

2.7 Movimento ocorrido nas imobilizações incorpóreas, corpóreas e em curso e correspondentes amortizações acumuladas:

ACTIVO BRUTO						
Rúbricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Alienações	Transfer. e Abates	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas						
Despesas Instalação	5.400,00		0,00	0,00		5.400,00
Desp. Investig. e Desenvolvimento	0,00		0,00	0,00		0,00
	5.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.400,00
Imobilizações Corpóreas						
Terrenos e Rec. Naturais	8.240.100,00		0,00	0,00		8.240.100,00
Ed.e Outras Construções	12.151.091,77		57.799,85	0,00		12.208.891,62
Equip. Básico	1.482.881,63		76.238,50	0,00		1.559.120,13
Equip. de Transporte	122.505,77		0,00	0,00		122.505,77
Ferramentas e Utensílios	25.052,82		0,00	0,00		25.052,82
Equip. Administrativo	1.833.469,20		109.169,29	0,00		1.942.638,49
Imobilizações em Curso			0,00	0,00		
Outras Imobilizações	271.011,82		3.276,31	0,00		274.288,13
	24.126.113,01	0,00	246.483,95	0,00	0,00	24.372.596,96
Investimentos Financeiros						
Partes de Capital	0,00		0,00	0,00		0,00
Titulos e Out. Apl. Financeiras	0,00		0,00	0,00		0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES				
Rúbricas	Saldo Inicial	Reforço e Reaval.	Regula-rizações	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas:				
Despesas de instalação	5.013,02	5,04	0,00	5.018,06
Desp. Investig. e Desenvolvimento	0,00	0,00		0,00
	5.013,02	5,04	0,00	5.018,06
Imobilizações Corpóreas:				
Edifícios e Out. Construções	3.567.748,76	153.643,77	0,00	3.721.392,53
Equipamento Básico	1.171.227,79	103.796,70	0,00	1.275.024,49
Equipamento de Transporte	97.392,31	5.493,07	0,00	102.885,38
Ferramentas e Utensílios	24.000,85	405,19	(0,00)	24.406,04
Equipamento Administrativo	1.667.209,88	104.711,03	0,00	1.771.920,91
Outras Imobilizações Corpóreas	216.636,21	14.478,38	0,00	231.114,59
	6.744.215,80	382.528,14	(0,00)	7.126.743,94
Investimentos Financeiros:				
Tit. e Out. Aplicações Financeiras	0,00	0,00		0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00

2.12 Notas relativas às imobilizações corpóreas elencadas no ponto 2.7

As Imobilizações Corpóreas, no valor de 24.372.596,96€, estão exclusivamente afetas à atividade comercial da Empresa.

2.17 Outras aplicações de tesouraria

O valor constante nesta rubrica de balanço corresponde a verbas pertencentes a doentes do HML e do Hospital do Conde Ferreira (HCF), estas últimas geridas pelo HML por força de despacho da Tutela.

A discriminação das mesmas, encontra-se no quadro abaixo:

Aplicações Tesouraria	Valor Aplicado
HML	0,00
Verbas pertencentes doentes HML	295.000,00
Verbas pertencentes doentes HCF	1.250.000,00
	1.545.000,00

2.23 Dívidas cobrança duvidosa

As dívidas de cobrança duvidosa ascendem a 77.873,98€.

2.31 Provisões

Provisões	Saldo Inicial	Aumento	Diminuições	Saldo Final
Provisões p/cob. Duvidosa	46.470,72	0,00	1.460,80	45.009,92
Provisões p/riscos e encargos	0,00	0,00	0,00	0,00

2.32 Variação contas fundos próprios

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Diminuições	Saldo Final
Capital Social	20.000.000,00			20.000.000,00
Doações	500,00	30.000,00	0,00	30.500,00
Reservas Dec. Transf. Activos	0,00		0,00	0,00
Reservas Reavaliação	0,00		0,00	0,00
Resultados Transitados	(4.697.808,99)	1.358.613,95	0,00	(3.339.195,04)
Resultados Líquidos	1.358.613,95	1.690.698,58	1.358.613,95	1.690.698,58
	16.661.304,96	3.079.312,53	1.358.613,95	18.382.003,54

2.33 Demonstração dos custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas

Movimentos	Mat. Primas
(+) Existências Iniciais	158.101,44
(+) Compras	1.184.913,68
(+/-) Regularização Existências	81,38
(-) Existências Finais	203.727,59
Custos no Exercício	1.139.368,91

2.35 Repartição valor líquido das vendas e prestações de serviços

Designação	Vendas	P.Serviços	Total
Mercado Interno:	0,00	17.757.605,71	17.757.605,71
Merc.Intra-Comunitário:	0,00	0,00	0,00
Mercado Extra-Comunitário:	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	17.757.605,71	17.757.605,71

2.37 Demonstração resultados financeiros

Custos e Perdas	01/01/2012 a 31/12/2012	01/01/2011 a 31/12/2011	Proveitos e Ganhos	01/01/2012 a 31/12/2012	01/01/2011 a 31/12/2011
681-Juros suportados	44,15	108,46	781-Juros Obtidos	0,00	8.128,78
683-Amortizações Invest. Financeiros	0,00	0,00	782-Ganh.Empresas Grupo	0,00	0,00
684-Aj. de Aplic.Financ.	0,00	0,00	783-Rendimentos de Imóveis	0,00	0,00
685-Dif. Câmb.Desfavor.	0,00	0,00	784-Rendimentos partic.capital	0,00	0,00
686-Desc.Pto.Pgto.	0,00	0,00	785-Dif. Câmbio Favorav.	0,00	0,00
688-Out. Cust.e Perdas	535,26	471,03	786-Desc.Pto.Pgto.	21.563,28	20.978,58
			788-Rever. e Out.Prov. e Ganhos	1.253,52	498,80
Result.Financeiro	22.237,39	29.026,67			
	22.816,80	29.606,16		22.816,80	29.606,16

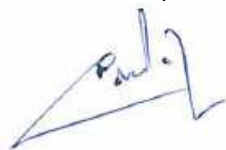
2.38 Demonstração resultados extraordinários

Custos e Perdas	01/01/2012 a 31/12/2012	01/01/2011 a 31/12/2011	Proveitos e Ganhos	01/01/2012 a 31/12/2012	01/01/2011 a 31/12/2011
691-Donativos	0,00	0,00	792-Recuper.Dívidas	1.460,80	0,00
692-Dívidas incobráveis	0,00	0,00	793-Ganhos em Existênc.	2.588,52	0,17
693-Perdas em Exist.	2.507,14	4,82	794-Ganhos em Imobiliz.	0,00	0,00
694-Perdas em Imobil.	0,00	6.020,92	795-Benefícios de Penal.Contrat.	222,89	0,00
695-Multas	15,00	4.574,20	796-Red. Provisões	0,00	0,00
697-Correc.Exerc.Anter.	123.827,21	290.869,60	797-Correc.Ex.Anteriores	274.677,78	695.951,63
698-Out.Cust.e Perdas	20.672,96	0,05	798-Out.Prov. e Ganhos	13.931,77	24.248,23
Resultados Extraord.	145.859,45	418.730,44			
	292.881,76	720.200,03		292.881,76	720.200,03

Hospital de Magalhães Lemos, EPE, 26 de abril de 2013

O Técnico Oficial de Contas

Nuno Miguel Gomes de Pinho
(TOC nº 50967)



O Conselho de Administração

António Alfredo de Sá Leuschner Fernandes

José Alberto Oliveira Castro Peixoto

Joaquim da Silva Ramos

João Ernesto Teles Pires



6.4. Certificação legal das contas / Relatório e parecer do Fiscal Único



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados SROC, Lda.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1 - Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012, que evidencia um total de balanço de 38 172 864,55 de Euros, e um total de fundos próprios positivos de 18 382 003,54 Euros, incluindo um resultado líquido positivo de 1 690 698,58 Euros, as Demonstrações dos resultados por natureza e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2 - É da responsabilidade da Administração a preparação das demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 - A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4 - O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 - O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 - Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7 - Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários decorrentes da situação referida no parágrafo anterior, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E., em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 30 de Abril de 2013

Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associado, SROC, Lda

representada por

Carlos António Rosa Lopes (ROC nº 645)

SROC n.º 116 * Rua D. João de Castro 71 C - 4.º Dt.º - Apartado 148 * 2334-909 ENTRONCAMENTO
NIPC 503 119 797 * Tel. +351 249 720 080 Fax +351 249 720 089 * Email: geral@rlgm.pt - www.rlgm-sroc.com

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO HOSPITAL DE MAGALHÃES LEMOS E.P.E.

Nos termos do mandato que nos foi conferido e em cumprimento do disposto, designadamente na alínea b) do n.º 2 do artigo 16.º e na alínea h) do artigo 25.º, ambos do modelo de Estatutos anexo ao Decreto-lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro de, na qualidade de Fiscal Único, cumpre-nos apresentar o Relatório e formular o Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados, por naturezas e por funções, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e os respectivos Anexos, bem como a Proposta de Aplicação de Resultados, apresentados pelo Conselho de Administração do Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E., relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

Ao longo do exercício acompanhámos com regularidade a gestão do Hospital Magalhães de Lemos, E.P.E, tendo para o efeito mantido contactos regulares com o Conselho de Administração e com outros responsáveis do Hospital, tendo solicitado e obtido as informações e esclarecimentos considerados necessários.

Os critérios de valorimetria adoptados no exercício são consistentes com os do ano anterior e com os Normativos contabilísticos aplicáveis em Portugal no sector público da saúde.

No âmbito do processo de apreciação das contas do exercício, analisámos o conteúdo do Relatório de Gestão, da responsabilidade do Conselho de Administração, concluindo que o mesmo aborda de forma adequada a actividade do Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E. no exercício de 2012.

Em termos globais, entendemos que o Relatório de Gestão satisfaz os requisitos exigidos pelo Código das Sociedades Comerciais e demais legislação aplicável.

Verificámos igualmente a conformidade da informação de cariz financeiro contida no Relatório de Gestão com a informação veiculada nos demais Documentos de Prestação de Contas apresentadas pelo Conselho de Administração.

Do conteúdo do Relatório de Gestão salienta-se a caracterização da actividade desenvolvida em 2012, designadamente a referência ao nível de cumprimento do Plano de Desempenho.

No que se refere ao cumprimento dos desaseis objectivos associados ao Contrato Programa, apesar de a entidade ter atingido somente, na sua plenitude, 7 dos 16 objectivos contratados, se forem tidos em conta os objectivos atingidos parcialmente e os que foram atingidos em mais de 100%, pode concluir-se que a entidade atingiu um índice de desempenho geral de 87,98% em 120% possíveis, que se traduz num bom desempenho da administração do HML.

Tenha-se ainda em atenção que o número de objectivos atingidos na plenitude foi prejudicado pela recente decisão do Tribunal Constitucional em considerar inconstitucional o corte nos subsídios de férias, o que levou a um acréscimo de custos com pessoal ainda em 2012. Toma-se necessário ter noção que os incentivos e respectivas metas acordadas foram negociadas com pressupostos diferentes, pelo que antes desta decisão o HML tinha atingido 9 em 16 objectivos na plenitude.

O Relatório de Gestão apresenta igualmente um ponto específico relativo ao Governo Societário, o qual, em nossa opinião, cumpre, globalmente, os princípios de bom governo previstos na RCM n.º 49/2007, atentas as especificidades do Hospital Magalhães de Lemos, E.P.E., enquanto entidade inserida no sector público da saúde.

A Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração, contemplando a transferência do lucro apurado para Resultados transitados, respeita as obrigações decorrentes das normas legais aplicáveis, reunindo assim as condições para que seja aprovada.

Na qualidade de Revisor Oficial de Contas, e de acordo com o exigido, designadamente, alínea g) do artigo 25º do modelo de Estatutos anexo ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, bem como no artigo 44º do Decreto-Lei 487/99 de 16 de Novembro, procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas.


Face ao trabalho desenvolvido, entendemos que os documentos de prestação de contas referidos, permitem, uma boa compreensão da situação financeira do Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E., em 31 de Dezembro de 2012, bem como do resultado das suas operações no período findo naquela data.

Nos termos do disposto no n.º 17 da RCM n.º 49/2007, de 28 de Março, expressamos ainda uma opinião positiva sobre o desempenho individual de cada um dos gestores, bem como sobre as estruturas e mecanismos de governo em vigor no Hospital Magalhães de Lemos, E.P.E.

Em conformidade com o descrito, e de acordo com a acção fiscalizadora desenvolvida, somos de parecer que as entidades de tutela do Hospital Magalhães de Lemos, E.P.E.:

- (a) Aproveem o Relatório de Gestão e os demais Documentos de Prestação de Contas referentes ao exercício de 2012, apresentados pelo Conselho de Administração;
- (b) Apreciem a Proposta de Aplicação de Resultados expressa pelo Conselho de Administração no seu Relatório de Gestão, no sentido da transferência para Resultados Transitados do resultado positivo de 1 690 698,58 Euros apurado no exercício, a qual respeita as obrigações decorrentes das normas legais e estatutárias aplicáveis.

Porto, 30 de Abril de 2013.



Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associado, SROC, Lda[®]
representada por
Carlos António Rosa Lopes (ROC n.º 645)

7.

Anexos

7.1.

Governo da sociedade

Modelo de Governo

Mandato 2012-2014

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Conselho de Administração			
Presidente	António Alfredo de Sá Leuschner Fernandes	RCM nº 38/2012, de 17 de setembro	2012-2014
Vogal (1)	José Alberto Oliveira Castro Peixoto	RCM nº 38/2012, de 17 de setembro	2012-2014
Vogal (2)	Joaquim da Silva Ramos	RCM nº 38/2012, de 17 de setembro	2012-2014
Vogal (3)	João Ernesto Teles Pires	RCM nº 38/2012, de 17 de setembro	2012-2014
Fiscal Único			
Efetivo	Carlos António Rosa Lopes, ROC nº 645 Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC nº 116	Despacho SETF nº 1668/2012, de 16 de outubro	2012-2014
Suplente	António Maria Velez Belém, ROC nº 768 Pedro Leandro & António Belém, SROC nº 96	Despacho SETF nº 1668/2012, de 16 de outubro	2012-2014

Mandato 2009-2011

Cargo	Órgãos Sociais	Eleição	Mandato
Conselho de Administração			
Presidente	António Alfredo de Sá Leuschner Fernandes	Despacho nº 6903/2009, de 5 de Março	2009-2011
Vogal (1.1)	Margarida Madalena Martins França	Despacho nº 6903/2009, de 5 de Março (renunciou ao mandato em 2010/12/31)	2009-2011
Vogal (1.2)	António da Silva Dias Alves	Despacho nº 15968/2011, de 24 de Novembro, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2011	2009-2011
Vogal (2)	Joaquim da Silva Ramos	Despacho nº 6903/2009, de 5 de Março	2009-2011
Vogal (3)	João Ernesto Teles Pires	Despacho nº 6903/2009, de 5 de Março	2009-2011
Fiscal Único			
Efetivo	Carlos António Rosa Lopes, ROC nº 645 Rosa Lopes, Gonçalves Mendes & Associados, SROC nº 116	Despacho nº 7108/2009, de 9 de Março	2009-2011
Suplente	António Maria Velez Belém, ROC nº 768 Pedro Leandro & António Belém, SROC nº 96	Despacho nº 7108/2009, de 9 de Março	2009-2011

Estatuto remuneratório fixado

1. Conselho Administração

Mandato II: 2012-2014

Nos termos do nº 2 da Resolução do Conselho de Ministros nº 38/2012, de 17 de setembro, os membros do Conselho de Administração do Hospital de Magalhães Lemos, EPE (HML), foram autorizados a optar pelo vencimento do lugar de origem, nos termos do nº 8 do artigo 28º do Estatuto do Gestor Público.

Presidente Remuneração de origem ilíquida de 5.700,92 euros, 14 vezes por ano, e despesas de representação ilíquidas de 1.131,90 euros, 12 vezes por ano.

Vogal (1) Remuneração de origem ilíquida de 3.173,95 euros, 14 vezes por ano, e despesas de representação ilíquidas de 843,65 euros, 12 vezes por ano.

Vogal (2) Remuneração de origem ilíquida de 4.956,75 euros, 14 vezes por ano, e despesas de representação ilíquidas de 843,65 euros, 12 vezes por ano.

Vogal (3) Remuneração de origem ilíquida de 2.845,43 euros, 14 vezes por ano, e despesas de representação ilíquidas de 843,65 euros, 12 vezes por ano.

Sobre todos estes valores incidem as reduções legalmente determinadas, nomeadamente as decorrentes da Lei n.º 12-A/2010, de 30.06 e das Leis de Orçamento de Estado dos anos de 2011 a 2013.

Mandato I: 2009-2011

Presidente Remuneração de origem ilíquida de 5.700,92 euros, 14 vezes por ano, e despesas de representação ilíquidas de 1.131,90 euros, 12 vezes por ano.

Vogal (1.2) Não exerceu o direito de requerer a sua opção pelo vencimento de origem, auferindo os seguintes montantes: Remuneração de 3.173,95 euros, 14 vezes por ano, e despesas de representação de 843,65 euros, 12 vezes por ano.

Vogal (2) Remuneração de origem ilíquida de 4.956,75 euros, 14 vezes por ano, e despesas de representação ilíquidas de 843,65 euros, 12 vezes por ano.

Vogal (3) Remuneração de origem ilíquida de 2.845,43 euros, 14 vezes por ano, e despesas de representação ilíquidas de 843,65 euros, 12 vezes por ano.

Sobre todos estes valores incidem as reduções legalmente determinadas, nomeadamente as decorrentes da Lei n.º 12-A/2010, de 30.06 e na Lei n.º 55-A/2010, de 31.12.

2. Fiscal Único

Remuneração mensal de 772,48 euros, acrescida de IVA à taxa legal em vigor.

Remunerações e outras regalias (valores anuais)

1. Conselho Administração

Mandato I/II - remunerações ano 2012

Unid: €

	Presidente do CA	Vogal (1)	Vogal (1.2)	Vogal (2)	Vogal (3)
Mandato	I / II	II	I	I / II	I / II
Adaptado ao EGP (Sim/Não)	Não	Não	Não	Não	Não
Remuneração Total (1.+2.+3.+4.)	69.450,76	8.661,69	17.533,71	58.749,34	38.289,04
OPRLO	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Entidade de Origem (identificar)	HML, EPE	CHP, EPE	CHP, EPE	HML, EPE	HML, EPE
Entidade pagadora (origem/Destino)	HML, EPE	HML, EPE	HML, EPE	HML, EPE	HML, EPE
1.1.Remuneração Anual	79.308,04	10.897,23	15.869,75	69.394,50	39.836,02
1.2.Despesas de Representação (Anual)	13.582,80	2.896,53	4.218,25	10.123,80	10.123,80
1.3.Senha de presença (Valor Anual)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.Redução decorrente da Lei 12-A/2010	3.313,20	689,69	703,04	2.817,54	2.078,58
1.5.Redução decorrente da Lei 64-B/2011	7.814,65	1.268,43	1.851,25	6.870,31	3.854,76
1.6.Suspensão do pagamento dos subsídios de férias e natal	11.401,84	3.173,95	0,00	9.913,50	5.690,86
1.7.Reduções de anos anteriores	1.343,11	0,00	0,00	1.167,61	46,58
1. Remuneração Anual Efetiva Líquida (1.1+1.2.+1.3-1.4-1.5-1.6-1.7)	69.018,04	8.661,69	17.533,71	58.749,34	38.289,04
2. Remuneração variável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.Isenção de Horário de Trabalho (IHT)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.Outras (Adicional de 2%)	432,72	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídio de deslocação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídio de refeição	1.016,26	307,44	452,62	1.016,26	1.024,80
Encargos com benefícios sociais					
Regime de Proteção Social	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
- Indicar Regime (ADSE/CGA)	ADSE/CGA	ADSE/CGA	ADSE/CGA	ADSE/CGA	ADSE/CGA
- Valor	12.078,16	1.515,80	3.068,40	10.281,13	6.700,58
Seguros de saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Seguros de vida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Seguro de Acidentes Pessoais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (indicar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Acumulação de Funções de Gestão (S/N)	Não	Não	Não	Não	Não
Entidade (identificar)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Remuneração Anual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Unid: €

	Presidente do CA	Vogal (1)	Vogal (1.2)	Vogal (2)	Vogal (3)
Mandato	I / II	II	I	I / II	I / II
Parque Automóvel					
Modalidade de Utilização	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Valor de referência da viatura nova	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ano Início	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Ano Termo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
N.º prestações (se aplicável)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Valor Residual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Combustível gasto com a viatura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plafond anual Combustível atribuído	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (Portagens / Reparações / Seguro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Limite definido conforme Art.º 33 do EGP (Sim/Não)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Outras regalias e compensações					
Plafond mensal atribuído em comunicações móveis	70,00	70,00	70,00	70,00	70,00
Gastos anuais com comunicações móveis	457,04	0,00	246,89	350,67	598,74
Outras (indicar)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Limite definido conforme Art.º 32 do EGP (Sim/Não)					
Gastos c/ deslocações					
Custo total anual c/ viagens	2.370,80	0,00	168,00	0,00	0,00
Custos anuais com Alojamento	135,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajudas de custo	756,70	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras (indicar)	1.479,10	0,00	0,00	0,00	0,00

2. Fiscal Único

Mandato I/II - remunerações ano 2012

Unid: €

	2012
Remuneração anual auferida	11.401,80
Redução remuneratória*	0,00
Remuneração anual efetiva	11.401,80

* Decorrente da Lei 64-B/2011

Funções e Responsabilidades

1. Conselho de Administração

Deliberação de delegação de competências nos membros do Conselho de Administração do HML

Aos catorze dias de Novembro de 2012 e ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo e do n.º 3 do artigo 7.º dos Estatutos anexos ao D.L. n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, a que se encontra vinculado este Hospital, nos termos do n.º 2 do artigo 1.º do D.L. n.º 27/2009, de 27 de Janeiro, que operou

a sua transformação em entidade pública empresarial, observado o que se encontra consagrado nas alíneas a) a j) do n.º 1 e no n.º 2 do referido artigo, o Conselho de Administração do Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E. delibera:

1. Delegar no Presidente do Conselho de Administração, competência para a prática dos seguintes atos:

- 1.1.** Representar o Hospital, vinculando-o em todos os atos e contratos, obrigando-o pela sua assinatura, nos termos do disposto no artigo 12.º dos Estatutos aprovados pelo n.º 2 do artigo 1.º do D.L. n.º 27/09, de 27.01, constantes do anexo II do D.L. n.º 233/2005, de 29.12;
- 1.2.** Avaliar as sugestões/reclamações dos utentes e adotar as medidas adequadas à sua resolução;
- 1.3.** No âmbito da gestão financeira e patrimonial:
 - 1.3.1.** Assegurar a elaboração do relatório e contas anual, bem como relatórios trimestrais de execução orçamental;
 - 1.3.2.** Assegurar a regularidade da cobrança das receitas e dos pagamentos das despesas do Hospital;
 - 1.3.3.** Autorizar a anulação de notas de débito relacionadas com o pagamento de taxas moderadoras, após prova de isenção ou de outro fato que impossibilite o seu pagamento;
 - 1.3.4.** Autorizar a anulação de faturas, sob proposta do Gabinete Jurídico e de Contencioso, cumpridos e esgotados os adequados procedimentos de cobrança;
 - 1.3.5.** Autorizar as despesas com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços até ao montante de 50.000 €;
- 1.4.** No âmbito da gestão de recursos humanos:
 - 1.4.1.** Autorizar, mensalmente, o processamento e pagamento de vencimentos do pessoal;
 - 1.4.2.** Autorizar o gozo, a acumulação de férias e aprovar o respectivo plano anual e suas alterações, nos termos do RCTFP e do Código do Trabalho;
 - 1.4.3.** Autorizar as deslocações em serviço em território nacional, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não, bem como a utilização de veículo próprio em serviço oficial, desde que devidamente fundamentada, nos termos legais;
 - 1.4.4.** Autorizar a atribuição de abonos e regalias a que os trabalhadores em RCTFP e com contrato celebrado ao abrigo do Código do Trabalho tenham direito, nos termos da lei;
 - 1.4.5.** Praticar todos os atos subsequentes à celebração e renovação de contratos de trabalho, tais como comunicações de rescisão, denúncia e caducidade dos mesmos;
 - 1.4.6.** Autorizar os trabalhadores do Hospital a comparecerem perante autoridade judicial ou policial, quando para tal sejam notificados, nos termos da lei;
 - 1.4.7.** Praticar todos os atos relativos à aposentação e reforma de trabalhadores do RCTFP e demais trabalhadores;
 - 1.4.8.** Confirmar as condições legais de progressão dos trabalhadores, nos termos da lei e autorizar os abonos daí decorrentes;
 - 1.4.9.** Promover a verificação domiciliária de doença dos profissionais, bem como a sua submissão a junta médica;
 - 1.4.10.** Autorizar e despachar pedidos e licenças referentes à lei da parentalidade e autorizar o pagamento dos respetivos subsídios;
 - 1.4.11.** Praticar todos os atos subsequentes à autorização de mobilidade;
 - 1.4.12.** Homologar as avaliações de desempenho;
 - 1.4.13.** Assinar a correspondência ou expediente necessário à execução das decisões proferidas nos processos relativos a assuntos de recursos humanos, bem como autorizar as publicações na imprensa e no Diário da República.

2. Delegar no vogal executivo, competência para a prática dos seguintes atos:

- 2.1.** No âmbito da gestão financeira e patrimonial:
 - 2.1.1.** Autorizar as despesas com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços até ao montante de 50.000 €;

2.1.2. Escolher o tipo de procedimento a adotar, nos termos do Código dos Contratos Públicos e do Regulamento de Compras aprovado pelo Conselho de Administração, quando o montante estimado da despesa não exceda 50.000 €;

2.1.3. Designar júris para condução dos procedimentos, nos termos do Código dos Contratos Públicos e do Regulamento de Compras aprovado;

2.1.4. Assegurar a regularidade da cobrança das receitas e dos pagamentos das despesas do Hospital;

2.1.5. Dar balanço mensal à tesouraria;

2.1.6. Autorizar a anulação de notas de débito relacionadas com o pagamento de taxas moderadoras, após prova de isenção ou confirmação de dispensa, ou outro fato que impossibilite o seu pagamento;

2.1.7. Autorizar a anulação de faturas, sob proposta do Gabinete jurídico e de Contencioso, cumpridos e esgotados os adequados procedimentos de cobrança;

2.2. No âmbito da gestão de recursos humanos:

2.2.1. Autorizar, mensalmente, o processamento e pagamento de vencimentos do pessoal;

2.2.2. Autorizar o gozo, a acumulação de férias e aprovar o respectivo plano anual e suas alterações, nos termos do RCTFP e do Código do Trabalho;

2.2.3. Autorizar as deslocações em serviço em território nacional, qualquer que seja o meio de transporte, bem como o processamento dos correspondentes abonos ou despesas com a aquisição de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não, bem como a utilização de veículo próprio em serviço oficial, desde que devidamente fundamentada, nos termos legais;

2.2.4. Autorizar a atribuição de abonos e regalias a que os trabalhadores em RCTFP e com contrato celebrado ao abrigo do Código do Trabalho tenham direito, nos termos da lei;

2.2.5. Praticar todos os atos subsequentes à celebração e renovação de contratos de trabalho, tais como comunicações de rescisão, denúncia e caducidade dos mesmos;

2.2.6. Autorizar os trabalhadores do Hospital a comparecerem perante autoridade judicial ou policial, quando para tal sejam notificados, nos termos da lei;

2.2.7. Praticar todos os atos relativos à aposentação e reforma de trabalhadores do RCTFP e demais trabalhadores;

2.2.8. Confirmar as condições legais de progressão dos trabalhadores, nos termos da lei e autorizar os abonos daí decorrentes;

2.2.9. Promover a verificação domiciliária de doença dos profissionais, bem como a sua submissão a junta médica;

2.2.10. Autorizar e despachar pedidos e licenças referentes a casamento, lei da parentalidade e autorizar o pagamento dos respetivos subsídios;

2.2.11. Praticar todos os atos subsequentes à autorização de mobilidade;

2.2.12. Homologar as avaliações de desempenho.

2.2.13. Autorizar a aquisição de passes sociais ou assinaturas para utilização de transportes públicos, relativamente a deslocações em serviço oficial, bem como a utilização de carro de aluguer, quando o interesse do serviço o exigir;

2.2.14. Assinar a correspondência ou expediente necessário à execução das decisões proferidas nos processos relativos a assuntos de recursos humanos, bem como autorizar as publicações na imprensa e no Diário da República.

3. Delegar no diretor clínico, competência para a prática dos seguintes atos:

3.1. Autorizar a disponibilização de informações e dados clínicos relativos à assistência prestada à entidade que possua competência para os solicitar;

3.2. Autorizar a realização de estágios e visitas de estudo aos serviços clínicos do hospital, nos termos do Regulamento de Estágios aprovado pelo Conselho de Administração, quando aplicável;

3.3. Assinar os termos de responsabilidade relativos às deslocações de utentes a outras unidades de saúde, para realização de exames e/ou tratamentos e autorizar a respetiva despesa até ao montante de 25.000 Euros;

3.4. Em relação ao pessoal médico, técnico superior de saúde e de serviço social e técnico de diagnóstico e terapêutica:

3.4.1. Autorizar a inscrição e participação em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional;

- 3.4.2.** Autorizar comissões gratuitas de serviço até 30 dias por ano aos médicos internos do internato complementar, nos termos legais;
- 3.4.3.** Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respectivo plano anual e as suas alterações;
- 3.4.4.** Autorizar, nos termos da lei, a destruição de documentos respeitantes a concursos de pessoal médico;
- 3.4.5.** Autorizar os médicos do hospital a integrar júris de concursos da carreira médica abertos por outros estabelecimentos ou serviços;
- 3.4.6.** Homologar as classificações de serviço e/ou avaliações de desempenho;
- 3.4.7.** Aprovar as escalas de serviço de urgência e visar as folhas de assiduidade.
- 4. Delegar no enfermeiro diretor, competência para a prática dos seguintes atos:**
- 4.1.** Autorizar a realização de estágios e visitas de estudo aos serviços de enfermagem do hospital nos termos do Regulamento de Estágios aprovado pelo Conselho de Administração, quando aplicável;
- 4.2.** Em relação ao pessoal de enfermagem e pessoal dos serviços gerais, na sua dependência:
- 4.2.1.** Autorizar a inscrição e participação em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou outras iniciativas semelhantes que decorram em território nacional;
- 4.2.2.** Homologar as avaliações de desempenho, homologar as escalas mensais de trabalho, visar as folhas de assiduidade e proceder à afetação de pessoal às unidades de acordo com as necessidades;
- 4.2.3.** Autorizar o gozo e a acumulação de férias e aprovar o respectivo plano anual e as suas alterações, nos termos legalmente aplicáveis;
- 5.** Nos termos do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam os membros do Conselho de Administração autorizados a subdelegar as competências ora atribuídas em todos os níveis de pessoal dirigente ou de chefia, nos termos do n.º 3 do artigo 7.º dos Estatutos constantes do anexo II do mencionado D.L. n.º 233/2005.
- 6.** A presente deliberação produz efeitos a partir de 18 de Setembro de 2012, ratificando-se, por este meio, todos os atos entretanto praticados no âmbito dos poderes agora delegados.

Deliberação de distribuição de pelouros pelos membros do Conselho de Administração do HML

Por forma a garantir a melhor responsabilização e prestação de contas no Hospital, definem-se os pelouros dos membros do Conselho de Administração, sem prejuízo do estabelecido no DL nº 233/2005, de 29 de dezembro; O responsável por cada pelouro atua no âmbito das políticas, objetivos e regras de conduta definidas pelo Conselho de Administração, no respeito pelas boas práticas e procurando sempre melhorar a articulação dos serviços do Hospital.

Assim:

- 1. Dr. António Leuschner, Presidente do Conselho de Administração,** é responsável, para além do que se encontra definido no artigo 8º do DL nº 233/2005, de 29 de dezembro, pelos seguintes departamentos, serviços e áreas funcionais:
- 1.1.** Departamento de Ambulatório, exceto Serviço de Reabilitação;
 - 1.2.** Serviço de Psicogeriatría;
 - 1.3.** Serviço de Auditoria Interna
 - 1.4.** Comissão da Qualidade e Segurança do Doente
 - 1.5.** Comissão de Ética;
 - 1.6.** Gabinete do Utente
 - 1.7.** Serviço de Instalações e Equipamentos, Segurança e Ambiente
 - 1.8.** Ensino pré e pós-graduado e Investigação
 - 1.9.** Serviço de Gestão de Informação (Sistemas e Tecnologias de Informação e Documentação e Arquivos);
 - 1.10.** Secretariado da Administração
- 2. Dr. Alberto Peixoto, Vogal Executivo,** é responsável pelos seguintes serviços e áreas funcionais:
- 2.1** Serviço de Gestão e Recursos Humanos, com as seguintes Unidades Funcionais:
 - 2.2** Gestão de Recursos Humanos;
 - 2.3** Gestão Financeira e Contabilística, Apoio à Gestão e Estatística;
 - 2.4** Gestão de Aquisições e Contratos, Gestão de Materiais e do Património;

2.5 Gestão de Doentes e Arquivo Clínico;

2.6 Gestão de Transportes;

2.7 Alimentação.

3 Dr. Joaquim Ramos, Diretor Clínico, é responsável, para além do que está definido no artigo 9º do DL nº 233/2005, de 29 de dezembro, pelos seguintes departamentos, serviços e áreas funcionais:

3.1 Departamento de Internamento, exceto Serviço de Psicogeriatrica;

3.2 Serviço de Reabilitação;

3.3 Comissão de Farmácia e Terapêutica;

3.4 Comissão de Controlo e Infecção;

3.5 Unidades de apoio Clínico (Medicina Interna, Neurologia, Patologia Clínica, Nutrição e Dietética, Psicologia Clínica; Psiquiatria e Psicologia Forense, Serviço Social, Serviços Farmacêuticos, Eletroconvulsivoterapia);

3.6 Internato Médico.

4 Enfermeiro João Teles, Enfermeiro Diretor, é responsável, para além do que está definido no artigo 10º do DL nº 233/2005, de 29 de dezembro, pelos seguintes serviços e áreas funcionais:

4.1 Serviços de Apoio Geral não inseridos em outro pelouro (Hotelaria, Assistência espiritual e religiosa, Casa Mortuária, Central telefónica e Serviço de mensageiro);

4.2 Atividade dos Assistentes Operacionais em Unidades Clínicas;

4.3 Centro de Formação Contínua;

4.4 Gabinete de Gestão da Qualidade.

A presente deliberação produz efeitos a partir de 1 de novembro de 2012.

Síntese Curricular

1. Membros do Conselho de Administração

1.1. Administradores Executivos

1.1.1. Presidente CA - António Alfredo de Sá Leuschner Fernandes

Data de Nascimento: 6 de Agosto de 1949

Notas Curriculares

Licenciado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, em 1974;

MBA (*Master in Business Administration*) pelo Instituto Superior de Estudos Empresariais da Universidade do Porto (EGP -UPBS), em 1992;

Especialista em Psiquiatria, pelas Carreiras Médicas, em 1981, e pela Ordem dos Médicos, desde 1982;

Graduado em Chefe de Serviço (Consultor), desde junho de 1989;

Chefe de Serviço (Assistente Graduado Sénior) de Psiquiatria do quadro do Hospital de Magalhães Lemos, desde 1994;

Competência em Gestão dos Serviços de Saúde pela Ordem dos Médicos, desde 2003;

Diploma do Curso de Alta Direção de Instituições de Saúde (PADIS) da AESE, Escola de Direção e Negócios (2006);

Frequentou o curso «Análise de custos em saúde», ministrado por J. Ashford, Diretor do Departamento de Estatística da Universidade de Exeter, Reino Unido, 1982, no ICBAS;

Professor Catedrático Convidado do Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto (1998), sendo Assistente Convidado, desde 1979 e encarregado da regência da cadeira de Psiquiatria do Curso de Medicina, desde 1993/94;

Monitor e Assistente da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto da disciplina de Patologia Geral/Genética (Dir. Prof. Doutor Amândio S. Tavares), de 1973 a 1977;

Participação em vários programas de formação pós -graduada e integração de vários júris de doutoramento e de mestrado do ICBAS;

Presidente do CA do Hospital de Magalhães Lemos, desde janeiro de 1997;

Vogal da Comissão Instaladora do Centro de Saúde Mental Ocidental do Porto (Hospital de Magalhães Lemos), de agosto de 1988 a abril de 1994;
Adjunto da Direção Clínica, de julho de 1994 a dezembro de 1996;
Presidente do Conselho Nacional de Saúde Mental (desde 2010);
Membro do Núcleo Executivo da Comissão Nacional para a Reestruturação dos Serviços de Saúde Mental e assessor da Coordenação Nacional da Saúde Mental (desde 2008);
Assessor da Direção de Serviços de Psiquiatria e Saúde Mental da Direção -Geral da Saúde, de 1996 a 2006;
Coordenador do Gabinete de Apoio Técnico para a Saúde Mental da ARS Norte (2006 -2010) e assessor do CA da ARS Norte para a Saúde Mental (1996 -1999);
Presidente da Comissão de Acompanhamento e Monitorização do Protocolo entre o Ministério da Saúde e a União das Misericórdias Portuguesas;
Auditor do Programa Nacional de Acreditação de Hospitais do IQS (2004);
Participou em diversas reuniões internacionais, no âmbito da OMS--Europa e da União Europeia, nas áreas da Saúde Mental e da Saúde dos Mais Velhos;
Coeditor dos livros *Psicogeriatría* e *A Doença de Alzheimer e Outras Demências em Portugal*; Autor ou co autor de inúmeras comunicações em congressos e reuniões e alguns artigos publicados em livros e revistas, nacionais e internacionais, nas áreas da Saúde Mental, da Geriatria e Gerontologia e da Gestão e Organização de Serviços.
Licenciado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (1974).

1.1.2. Vogal do CA - José Alberto Oliveira Castro Peixoto

Data de Nascimento: 18 de setembro de 1952

Notas Curriculares

Licenciado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1976;
Curso de Administração Hospitalar, da Escola Nacional de Saúde Pública, em 1983;
De 1977 a 1980 funções docentes em escolas preparatórias e secundárias;
Administrador hospitalar do quadro de pessoal do Centro Hospitalar do Porto, E. P. E.;
De setembro de 1983 a outubro de 1991, Administrador Hospitalar no Hospital de São João, do Porto, com as funções principais de Diretor do Serviço de Aprovisionamento;
De fevereiro de 1984 a julho de 1990, membro da Comissão Instaladora do Hospital Distrital de Valongo, mantendo em simultâneo as funções de Administrador Hospitalar no Hospital de São João do Porto;
De outubro de 1991 a setembro de 1992, Administrador Hospitalar no Hospital de São João, do Porto, com as funções principais de Diretor do Departamento Hoteleiro;
De setembro de 1992 a março de 1997, Administrador Hospitalar no Hospital Distrital de Matosinhos, mais tarde Hospital Pedro Hispano, com as funções principais de Coordenador do Gabinete Técnico do Novo Hospital;
De abril a agosto de 1997, Administrador Hospitalar no Hospital Pedro Hispano, com as funções principais de coordenação do Gabinete Técnico e de colaboração com o Administrador Delegado;
De agosto de 1997 a abril de 2001, Presidente do Conselho de Administração e Administrador Delegado do Hospital de São José de Fafe;
De abril de 2001 a dezembro de 2002, Administrador Delegado do Hospital Padre Américo do Vale do Sousa;
De dezembro de 2002 a dezembro de 2005, Presidente do Conselho de Administração do Hospital São João de Deus, S. A., de Famalicão; de dezembro de 2005 a fevereiro
De 2007, Presidente do Conselho de Administração do Hospital São João de Deus, E. P. E., de Famalicão; De março de 2007 a setembro de 2007, Presidente do Conselho de Administração do Hospital Central e Especializado de Crianças Maria Pia e da Maternidade de Júlio Dinis;
De outubro de 2007 a novembro de 2011, Vogal do Conselho de Administração do Centro Hospitalar do Porto, E. P. E.;
De novembro de 2011 a agosto de 2012, Administrador do Conselho de Gestão do Departamento de Ambulatório do Centro Hospitalar do Porto, E. P. E.

Participação em várias comissões na área da saúde: Comissão de Higiene, Comissão de Ética, Comissão de Plano de Investimentos, Comissão de Normalização de Produtos e Avaliação de Consumos, Conselho Técnico, Comissão Paritária do Pessoal, Comissão Consultiva do Departamento de Formação, Comissão da Qualidade e Humanização.

Participação em diversos Cursos e Programas de formação, como formador.

Participação no curso de formação dirigido aos Presidentes dos Conselhos de Administração dos Hospitais S. A. e o *International Executive Program in Health Care Policy and Management — Mastering Health Care Finance —*, ministrado pela *Université de Lausanne e pela Harvard Medical International*, em setembro de 2008.

1.1.3. Vogal do CA - Joaquim da Silva Ramos

Data de Nascimento: 13 de Fevereiro de 1958

Notas Curriculares

Licenciatura em Medicina no Instituto de Ciências Biomédicas de Abel Salazar (ICBAS) em 1982;

Iniciou o Internato Complementar de Psiquiatria, no Hospital de Magalhães Lemos (HML) no ano de 1986;

Assistente Hospitalar de Psiquiatria em 1990; Assistente Hospitalar de Psiquiatria no HML, em dezembro de 1997;

Assistente Graduado, abril de 1998;

Assistente Graduado Sénior, desde janeiro de 2005;

Orientador de formação de médicos internos das especialidades de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Geral e Familiar;

Apresentação de vários temas e comunicações, nos programas de formação dos médicos internos de Psiquiatria e Medicina Geral e Familiar;

Publicação de trabalhos científicos na área da Psiquiatria e Saúde Mental;

«Organização dos Serviços de Saúde Mental na Comunidade», 1990;

«*Ithaca Project*» — suportado pela «*Health Telematics Programme of the European Commission*», 1994;

Workshop sobre «*Confidentiality and Security*» promovido pelo Dr. Barry Barbour,

Coordenador do Projeto ISHTAR (*Implementing Secure Healthcare Telematics Applications in Europe*), e Allison Treacher (Gestora do Projeto ISHTAR) 1996;

Projeto transfronteiriço (AUTOESTIMA), financiado pela Comissão Europeia, com denominação original de «*Prevention of HIV/AIDS, STDS and other transmissible in prostitutes working around the border, between Spain (Galicia) and the north of Portugal*», 1998;

Coordenador do projeto «*Red Telecem*», integrado no programa «*Interreg III B do Eixo Atlântico*»;

PADIS -Programa de Alta Direção de Instituições de Saúde, pela Escola de Direção e Negócios, em 2007;

Atividade docente: desde 1997 -1998 e 2000 -2001 colabora na docência das disciplinas de Terapêutica Geral e Psiquiatria da licenciatura em Medicina do ICBAS;

Desempenho de cargos médicos, gestão e organização de serviços hospitalares: Coordenador do Gabinete de Estatística e Epidemiologia do HML (1997 a 2004); Adjunto da direção clínica do HML (2000 a 2004); responsável pela consulta externa e de ambulatório do HML (2000 a 2004); responsável pelo serviço de internamento de doentes de evolução prolongada (2000 a 2004); diretor do serviço de Reabilitação Psicossocial do HML (desde 2001);

Coordenador do projeto «*International Quality Indicator Project*» (IQIP) no HML, (entre 2005 e 2011);

Coordenador regional para a «Qualidade», no âmbito dos trabalhos da Comissão Nacional para a Reestruturação dos Serviços de Saúde Mental, (2006);

Coordenador regional para o *World Health Organization Assessment Instrument for Mental Health Systems* (WHO - AIMS), no âmbito dos trabalhos da Comissão Nacional para a Reestruturação dos Serviços de Saúde Mental, em 2006;

Membro do Gabinete de Apoio Técnico para a Saúde Mental da Administração Regional de Saúde do Norte, I. P., desde 2006;

Presidente da Comissão de Controle de Infecção desde 2007;

Diretor clínico do Hospital de Magalhães Lemos, E. P. E., desde 2007.

1.1.4. Vogal do CA - João Ernesto Teles Pires

Data de Nascimento: 20 de Janeiro de 1958

Notas Curriculares

Mestre em Ciências de Enfermagem pelo Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar, em 1998;

Curso de Administração dos Serviços de Enfermagem pela Escola Superior de Enfermagem Cidade do Porto, em 1992;

Curso de Especialização em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica pela Escola Superior de Enfermagem do Porto, em 1989;

Curso de Enfermagem Geral pela Escola Superior de Enfermagem de Bragança, em 1982;

PADIS — Programa de Alta Direção de Instituições de Saúde, pela Escola de Direção e Negócios, em 2007.

Inscrito na Ordem dos Enfermeiros com cédula profissional n.º 4-E -12815;

Atividade profissional na área da prestação de cuidados: Centro Hospitalar de Vila Nova de Gaia, serviço de ortopedia, de 26 de dezembro de 1980 a 3 de abril de 1981, Hospital Geral de Santo António, serviço de medicina -1 homens de 4 de abril de 1981 a 2 de dezembro de 1987, Hospital Conde Ferreira, serviço de urgência de 3 de dezembro de 1987 a 3 de novembro de 1990.

Atividade profissional na área da gestão: Hospital Conde Ferreira, Departamento de Educação Permanente em Enfermagem (Enfermeiro Chefe) de 4 de novembro de 1990 a 1 de setembro de 1994; Hospital Conde Ferreira, Direção de Enfermagem (Enfermeiro Supervisor) de 2 de setembro de 1994 a 19 de fevereiro de 1997; Hospital Conde Ferreira, Vogal da Comissão de Gestão de 20 de fevereiro de 1997 a 31 de dezembro de 1998; Hospital de Magalhães Lemos, Vogal do Conselho de Administração de 1 de janeiro de 1999 a 30 de julho de 2000; Hospital de Magalhães Lemos, Enfermeiro Diretor dos Serviços de Enfermagem de 1 de julho de 2000 até à presente data.

Atividade profissional na área da formação: Professor da disciplina de Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica na Universidade Fernando Pessoa até julho de 2011;

Participação, como formador, em seminários de mestrados e pós-graduações nas áreas da saúde mental e psiquiatria da Escola Superior de Enfermagem do Porto, Universidade Católica e outras instituições de ensino.

Participação, como formador, em diversas ações de formação contínua.

Participação, como formando, em diversas ações de formação.

Participação na organização de diversos eventos de enfermagem, como congressos, jornadas, entre outros.

Outras atividades: Membro de diversos júris da carreira de enfermagem; Membro do Conselho Regional de Saúde Mental, como representante da Ordem dos Enfermeiros, de 2000 a 2007; Membro do Conselho Regional da Ordem Enfermeiros, de 1999 a 2003, em representação dos enfermeiros especialistas de enfermagem de saúde mental e psiquiátrica;

Membro do Gabinete de Apoio Técnico para a Saúde Mental da Região Norte de 2006 a 2011;

Membro da Sociedade Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental.

2. Fiscal Único

2.1. Efetivo – Carlos António Rosa Lopes

Data de Nascimento: 5 de Janeiro de 1956

Habilitações Académicas

Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas (ISCTE)

MBA em Sistemas de Informação de Gestão (ISCTE)

Actividade Profissional

Revisor Oficial de Contas

Docente de Contabilidade no Ensino Superior Politécnico

7.2.

Princípios de bom governo

Princípios de Bom Governo

Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita

O Hospital de Magalhães Lemos, EPE rege-se internamente pelo seu Regulamento Interno, homologado pela Deliberação nº 2122/2011, de 8 de Novembro, e pela seguinte legislação:

- a) Diploma de criação da entidade pública empresarial (Decreto-Lei nº 27/2009 de 27 de Janeiro);
- b) Regime jurídico do sector empresarial do Estado (Decreto-lei nº 558/99 de 17 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei nº 300/2007 de 23 de Agosto);
- c) Código do Trabalho (Lei nº 7/2009 de 12 de Fevereiro), e legislação específica aplicável ao pessoal em regime de relação jurídica de emprego público (Lei 59/2008 de 11 de Setembro);
- d) Lei nº 27/2002, de 8 de Novembro, e Decreto-lei n.º 233/2005 de 29 de Dezembro e respectivos estatutos, alterado pelo Decreto-lei nº 50-A/2007, de 28 de Fevereiro;
- e) Lei n.º 36/98, de 24 de Julho (Lei da Saúde Mental);
- f) Decreto-lei n.º 35/99, de 5 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 304/2009, de 22 de Outubro (Organização da Prestação de Cuidados de Psiquiatria e Saúde Mental);
- g) Subsidiariamente, pelas normas gerais cuja aplicação não esteja excluída por legislação especial, ou pela sua natureza jurídica.

O HML dispõe ainda de um vasto conjunto de normas e regulamentos de funcionamento interno de unidades e de atividades específicas. Em simultâneo, no âmbito do sistema de gestão da qualidade criado (Acreditação), o HML dispõe de procedimentos organizados que cobrem todas as atividades do Hospital. Todos estes documentos estão disponíveis para consulta na intranet do Hospital.

Transações com entidades relacionadas

O HML integra-se na rede de hospitais do Serviço Nacional de Saúde daí decorrendo um conjunto de transações, nomeadamente com a Administração Central do Sistema de Saúde e com a Administração Regional de Saúde do Norte no que respeita à definição e pagamento da sua produção.

Outras transações

As restantes transações ocorrem, por regra, dentro das condições de mercado, sendo a aquisição de bens e serviços e a contratação de empreitadas efetuadas no respeito pela legislação que regula a contratação pública. Nestas condições não há qualquer fornecedor que represente mais de 5% do total de fornecimentos e serviços externos e que corresponda a mais de 1.000.000 euros.

O HML relaciona-se ainda com outros fornecedores fora das condições de mercado, dando lugar a transações enquadradas por protocolos estabelecidos pelo Ministério da Saúde, a saber:

- a) Acordo celebrado em 1983 entre o Ministério da Saúde e os Institutos das Ordens Religiosas para garantir a assistência aos doentes crónicos internados nas casas de saúde daqueles institutos, responsabilidade que a partir de 1989 recaiu sobre o HML. Em 2012, estas entidades faturaram ao HML os seguintes valores (em euros) discriminados:

Entidade	Ano	Valor
Casa de Saúde do Bom Jesus	2012	223.500,83
Casa de Saúde Rainha Santa Isabel	2012	55.534,92
Casa de Saúde S. João de Deus	2012	92.013,74
Casa de Saúde do Telhal	2012	14.233,74
Casa de Saúde S. José de Areias de Vilar	2012	115.892,20
Clínica Psiquiátrica S. José	2012	14.233,74

- b) Protocolo celebrado entre a ARSN e a SCMP – Centro Hospitalar do Conde Ferreira, na sequência da devolução da gestão do Hospital do Conde de Ferreira para assegurar a manutenção dos cuidados aos doentes ali internados à data, nomeadamente 1 de Janeiro de 2002. Em 2012 foi faturado ao HML no âmbito deste protocolo o valor de 2.290.714,52€.

Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental

Plano estratégico HML 2008-2012 (anexo documento em PDF)

O HML tem pautado o seu desempenho económico-financeiro por princípios de rigor, contenção e controlo dos custos, de análise e comparação homóloga por rubricas.

Para a correta avaliação da sustentabilidade económica do HML, terá de se enquadrar a sua actividade nas diretivas da Reforma da Saúde Mental, que prevê uma reorganização dos serviços na região correspondendo à inserção progressiva da saúde mental nos hospitais gerais, nomeadamente ambulatório. Esta evolução tem reduzido as atividades do HML, prevendo-se o desenvolvimento de áreas específicas que passarão pela maior especialização das suas respostas.

A vertente social tem constituído igualmente um objetivo permanente através de iniciativas de ligação à comunidade, nas áreas das artes e área musical, e do desenvolvimento dos profissionais de que é bom exemplo, a realização de reuniões de ligação com iniciativas oficiais das “Novas Oportunidades” dirigidas aos trabalhadores.

O HML considera, ainda, a inclusão social dos doentes como objetivo fundamental da sua recuperação contribuindo, de igual modo, para a taxa de empregabilidade da região.

Na vertente ambiental, o Hospital possui uma política de gestão de resíduos e procedimentos específicos elaborados no sentido da melhor proteção do ambiente, dos doentes e dos profissionais. No HML existe uma gestora do risco não clínico, com competências específicas, em horário completo e dedicado em exclusividade à função.

O HML dispõe de uma unidade de higiene e segurança no trabalho com profissionais também detentores das competências legais requeridas, bem como, de saúde ocupacional.

Avaliação do cumprimento dos princípios de bom governo

O HML mantém um sistema de gestão da Qualidade através de um sistema internacional de acreditação, que considera a conformidade do seu desempenho face à Missão, Objectivos e princípios gerais de actuação, com especial acuidade nas seguintes áreas:

- Realização das auditorias externas de concessão da acreditação, bem como, das auditorias anuais de monitorização;
- Manutenção de sistema interno de auditorias;
- Manutenção do sistema de notificação e análise de eventos adversos;
- Manutenção do sistema de sugestões;
- Manutenção do sistema de reclamações *SIM CIDADÃO*;
- Gabinete de Utente;
- Atualização/revisão das políticas da empresa, sempre que adequado;
- Atualização/revisão continuada dos procedimentos executivos internos;
- Fundamentação e publicidade dos atos;
- Manutenção do sistema de gestão de risco, com a realização periódica de avaliações dos riscos;
- Manutenção dos procedimentos de proteção do ambiente, nomeadamente na gestão dos resíduos, de acordo com as melhores práticas.

Este sistema de gestão da qualidade - acreditação, constitui uma ferramenta integradora das diversas vertentes de desenvolvimento e melhoria da organização, assentando numa filosofia de melhoria contínua, participação e transparência. O HML assume como objetivo estratégico a manutenção de um sistema integrado de gestão da qualidade, que compreenda a permanente prossecução de objectivos de efetividade, eficiência, segurança e satisfação.

O HML dispõe de Revisor Oficial de Contas, nomeado pelo Secretário de Estado do Tesouro e Finanças, Despacho nº 1668/2012, de 16 de outubro, e de Auditor Interno desde 14 de janeiro de 2011.

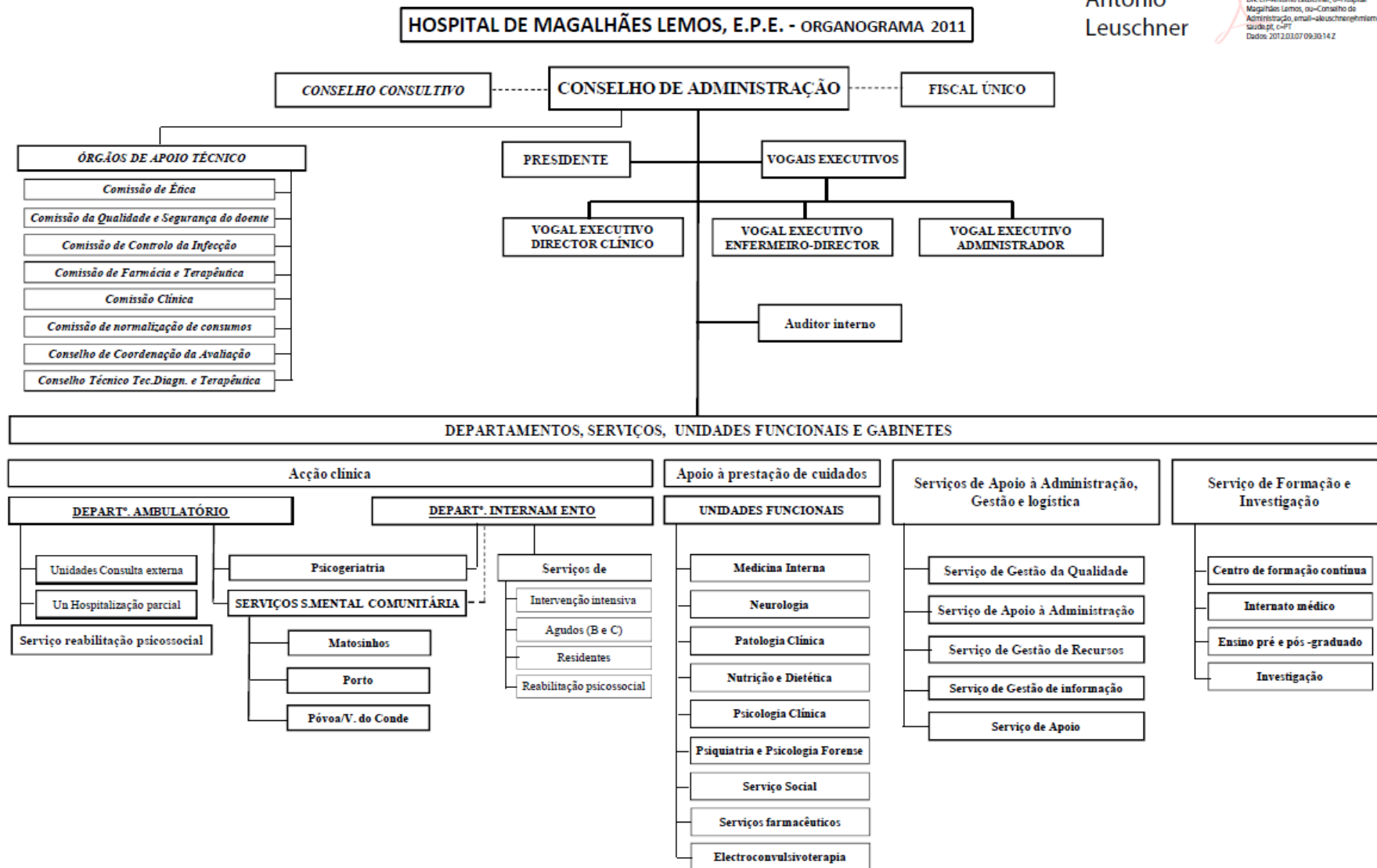
Código de Ética

O Código de Ética do HML foi homologado em Dezembro de 2010 pelo CA e encontra-se disponível para consulta na intranet e no *site* do Hospital.

7.3 Organograma

António
Leuschner

Assinado de forma digital por António Leuschner
DN: cn=António Leuschner, o=Hospital
Magalhães Lemos, ou=Conselho de
Administração, email=aleuschner@hml.ams.min-
saude.pt, c=PT
Dados: 2012.03.07 09:30:14 Z



7.4.

Orientações legais (resumo)

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos atualizados (PDF)	x			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	x			
Ficha síntese da empresa	x			
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, politicas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	x			
Modelo Governo / Identificação Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	x			
Estatuto remuneratório fixado	x			
Remunerações auferidas e demais regalias	x			
Regulamentos e Transações:				
Regulamentos Internos e Externos	x			
Transações relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	x			
Outras transações	x			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	x			
Avaliação do cumprimento dos PBG	x			
Código de Ética	x			
Informação Financeira histórica e atual	x			
Esforço Financeiro do Estado	x			
Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	x			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	x			missão e valores
Organigrama	x			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identifica dos órgãos sociais	x			r&c
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	x			r&c_anexo1
Identificação de comissões existentes na sociedade	x			
Identificar sistemas de controlo de riscos	x			r&c_anexo2
Remuneração dos órgãos sociais	x			r&c_anexo1
Regulamentos Internos e Externos	x			reg. interno ; r&c_anexo1
Transações fora das condições de mercado	x			r&c_anexo2
Transações relevantes com entidades relacionadas	x			r&c_anexo2
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	x			r&c_anexo2
Código de Ética	x			
Relatório e Contas	x			
Provedor do cliente		x		

Legenda: S – sim; N – não; N.A. – não aplicável.

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão:		x			Não houve contrato de gestão discutido e aprovado.
Gestão do Risco Financeiro			x		
Limites de Crescimento do Endividamento			x		
Evolução do PMP a fornecedores	x			3,67	
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x			327.547,82	
Deveres Especiais de Informação	x				Via SIRIEF
Recomendações do acionista na aprovação de contas:			x		
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 29.º da Lei 64-B/2011	x				
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 20.º da Lei 64-B/2011	x			21.659,40	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	x			12.159,32	
Órgãos Sociais - suspensão sub. Férias e natal, nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	x			30.180,15	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 26º da Lei 64-B/2011			x		
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 20º da Lei 64-B/2011	x			291.762,04	
Restantes trabalhadores - suspensão sub. Férias e natal, nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	x			966.611,51	
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito			x		
Reembolso de despesas de representação pessoal			x		
Contratação Pública					
Normas de contratação pública	x				Foi seguida a legislação em vigor.
Normas de contratação pública pelas participadas			x		
Contratos submetidos a visto prévio do TC			x	0	Não foram submetidos contratos a visto prévio do TC.
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	x			15,07%	Unidade Ministerial de Compras do MS (ACSS) e Agência Nacional de Compras Públicas (ANCP) como entidade voluntária
Parque Automóvel	x			0%	
Princípio da Igualdade do Género			x		
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal	x			-13,49%	
Fornecimentos e Serviços Externos		x		5,67%	
Redução nº Efetivos e Cargos Dirigentes					
Nº de efetivos	x			-2,49%	
Nº de cargos dirigentes		x		50%	
Princípio da Unidade de Tesouraria	x			99,87%	

Legenda: S – sim; N – não; N.A. – não aplicável.

Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho 9870/2009

PMP	1ºT 2011	2ºT 2011	3ºT 2011	4ºT 2011	1ºT 2012	2ºT 2012	3ºT 2012	4ºT 2012
PMP a Fornecedores (dias)	73,46	72,09	64,68	58,04	44,76	53,10	59,44	61,71

Mapa da posição a 31/12/2011 dos Pagamentos em Atraso, nos termos do DL 65-A/2011, de 17/Maio

Pagamentos em Atraso (€)¹⁶	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Fornecedores/credores externos	186.888,28	-24,20	-98,77	0,00	0,00
Fornecedores/credores pertencentes ao SNS	63.243,82	62.724,50	1.648,25	0,00	0,00
Fornecedores/credores pertencentes ao Estado (exceto SNS)	13.165,94	0,00	0,00	0,00	0,00

Pessoal

Unid: €

Designação	2010	2011	2012
Gastos com pessoal (€)	13.271.417,55	11.621.947,73	10.054.032,50
Gastos com Órgãos Sociais (€)	275.520,79	228.086,00	216.994,78
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	783,53	38.063,91	33.818,72
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	0,00	0,00
Gastos com Dirigentes sem O.S. (€)¹⁷	61.901,94	73.506,80	95.850,54
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	6.311,08	23.165,06
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	0,00	0,00
Gastos com Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (€)¹⁸	9.273.976,58	7.991.889,46	7.589.768,87
Reduções decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	495.888,23	1.235.208,49
Aumentos decorrentes de alterações Legislativas (€)	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos com pessoal (€)¹⁹	3.659.344,14	3.326.615,65	2.151.418,31
Rescisões / Indemnizações (€)	674,10	1.849,82	0,00
Designação	2010	2011	2012
Nº Total RH (O.S. + Dirigentes + Efetivos)	433	400	392
Nº Órgãos Sociais (O.S.) (número)	4	4	4
Nº Dirigentes sem O.S. (número)	2	2	3
Nº Efetivos sem O.S. e sem Dirigentes (número)	427	394	385

¹⁶ Dívida vencida correspondente ao não pagamento de faturas de fornecimentos de bens e serviços após sobre a data convencionada para a sua liquidação ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

¹⁷ Gastos com remunerações base e subsídios de férias e de Natal.

¹⁸ Gastos com remunerações base, trabalho extraordinário, trabalho em regime de turnos, e subsídios de férias e de Natal.

¹⁹ Restantes gastos com pessoal não considerados nas outras linhas.

HOSPITAL DE MAGALHÃES LEMOS E.P.E.

RUA PROFESSOR ÁLVARO RODRIGUES
4149-003 PORTO
PORTUGAL

TEL. 226 192 400
FAX 226 184 084

hml@hmlemos.min-saude.pt

Acreditado pelo

